



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

Riviane Enedino Pereira Cruz

A via democrática para o socialismo: a tradução de Carlos Nelson Coutinho
(1970-1980)

JOÃO PESSOA - PB

2024

Riviane Enedino Pereira Cruz

A via democrática para o socialismo: a tradução de Carlos Nelson Coutinho
(1970-1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de Mestra.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Aparecida Aliaga Ázara de Oliveira

JOÃO PESSOA

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catálogo e Classificação

C957v Cruz, Riviane Enedino Pereira.

A via democrática para o socialismo : a tradução de Carlos Nelson Coutinho (1970-1980) / Riviane Enedino Pereira Cruz. - João Pessoa, 2024.

96 f. : il.

Orientação: Luciana Aparecida Aliaga Á. de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Democracia. 2. Socialismo. 3. Socialismo europeu.
4. Eurocomunismo. 5. Carlos Nelson Coutinho - Filósofo.
I. Oliveira, Luciana Aparecida Aliaga Á. de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 321.7(043)

Riviane Enedino Pereira Cruz

A via democrática para o socialismo: a tradução de Carlos Nelson Coutinho
(1970-1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de Mestra.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Aparecida Aliaga Ázara de Oliveira

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 22/08/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Luciana Aparecida Aliaga Ázara de Oliveira – UFPB
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Sabrina Miranda Areco – UFAC
Avaliadora Externa

Prof. Dr. José Henrique Artigas de Godoy – UFPB
Avaliador Interno



Universidade Federal da Paraíba

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ATA Nº 31

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às 15h00min, no SALA MULTIMÍDIA do CCSA, instalou-se a banca examinadora de dissertação de Mestrado da aluna RIVIANE ENEDINO PEREIRA CRUZ. A banca examinadora foi composta pelos professores Dra. SABRINA MIRANDA ARECO, UFAC, examinadora externa à instituição, Dr. JOSE HENRIQUE ARTIGAS DE GODOY, UFPB, examinador interno. Dra. LUCIANA APARECIDA ALIAGA AZARA DE OLIVEIRA, UFPB, presidente. Deu-se início aos trabalhos por parte da presidência da banca, a professora Dra. LUCIANA APARECIDA ALIAGA AZARA DE OLIVEIRA, que de imediato solicitou à candidata que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada A via democrática para o socialismo: a tradução de Carlos Nelson Coutinho (1970-1980). Concluída a exposição, a professora Dra. LUCIANA APARECIDA ALIAGA AZARA DE OLIVEIRA, presidente, passou a palavra a professora Dra. SABRINA MIRANDA ARECO, para arguir a candidata, e, em seguida, ao professor Dr. JOSE HENRIQUE ARTIGAS DE GODOY para que fizesse o mesmo; após o que fez suas considerações sobre o trabalho em julgamento; tendo sido aprovado a candidata, conforme as normas vigentes na Universidade Federal da Paraíba.

A versão final da dissertação deverá ser entregue ao programa, no prazo de 90 dias; contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa. A candidata não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dra. SABRINA MIRANDA ARECO, UFAC

Examinador Externo à Instituição

Documento assinado digitalmente
SABRINA MIRANDA ARECO
Data: 26/08/2024 11:49:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. JOSE HENRIQUE ARTIGAS DE GODOY. UFPB

Examinador Interno

Documento assinado digitalmente
JOSE HENRIQUE ARTIGAS DE GODOY
Data: 28/08/2024 10:46:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. LUCIANA APARECIDA ALIAGA AZARA DE OLIVEIRA, UFPB

Presidente

Documento assinado digitalmente
LUCIANA APARECIDA ALIAGA AZARA DE OLIVEIRA
Data: 23/08/2024 14:19:54-0300

RIVIANE ENEDINO PEREIRA CRUZ

Mestrando

Documento assinado digitalmente
RIVIANE ENEDINO PEREIRA CRUZ
Data: 03/09/2024 16:37:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Universidade Federal da Paraíba

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

FOLHA DE CORREÇÕES

ATA Nº 31

Autor: RIVIANE ENEDINO PEREIRA CRUZ

Título: A via democrática para o socialismo: a tradução de Carlos Nelson Coutinho (1970-1980)

Banca examinadora:

gov.br

Documento assinado digitalmente

SABRINA MIRANDA ARECO

Data: 26/08/2024 11:51:09-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. SABRINA MIRANDA ARECO

Examinador Externo à Instituição

Prof. JOSE HENRIQUE ARTIGAS DE GODOY

Examinador Interno

gov.br

Documento assinado digitalmente

JOSE HENRIQUE ARTIGAS DE GODOY

Data: 28/08/2024 10:44:12-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. LUCIANA APARECIDA ALIAGA AZARA DE OLIVEIRA
OLIVEIRA

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca examinadora.

COMENTÁRIOS GERAIS:

Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora, acima mencionadas, foram aceitas e serão cumpridas integralmente.

Prof. LUCIANA APARECIDA ALIAGA AZARA DE OLIVEIRA

Orientador

À Cindy Virgínia (*in memoriam*). Me agarro às memórias que agora só podem existir através de mim e continuo, Apesar de.

“I see her back, and reflect it faithfully. She rewards me with tears and an agitation of hands. I am important to her. She comes and goes. Each morning it is her face that replaces the darkness”

Sylvia Plath

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha orientadora, Luciana Aliaga, que, ao longo dos anos, me ensinou com paciência, exigência, dedicação e carinho o exercício do pensamento crítico. Obrigada pelo incentivo constante e assertivo, que me impulsionaram a buscar autonomia intelectual para trilhar meu “caminho no nevoeiro” das Ciências Sociais. E, mais do que nunca, agradeço por ter encontrado uma intelectual no melhor sentido da palavra -- no seu caso, definitivamente gramsciano - - em que a posição dialógica, comprometida e crítica serão sempre motivo de exemplo e inspiração para mim. Obrigada por tudo!

Agradeço ao meu irmão, Rian, por poder viver uma vida reconhecendo que amei e fui amada (estendendo a sentença ao presente e futuro). Obrigada por estabelecer comigo uma relação que apenas Guimarães Rosa seria capaz de decifrar: Miguilim-Dito, Dito-Miguilim, somos nós.

Aos meus pais, pelo incentivo e pela demonstração de orgulho e carinho. Obrigada especialmente à minha mãe, pela atenção e cuidado, por me dedicar arduamente seu tempo, por criarmos um mundo de entendimentos com palavras não ditas, meias palavras e rápidos entre-olhares, pelos almoços e conversas juntas.

A meu irmão Renan, à minha sobrinha Laura, à Carol e à Andreza Conrado, obrigada pelo apoio e carinho.

À Sampaio, obrigada por ser minha casa: *“gracias porque cuando el mundo es frío y las tormentas suspiran de manera tan lastimera, cuento con la seguridad de que tengo un dulce refugio, un lugar que me protege de la tormenta”*.

Ao meu querido amigo Thalles, pela sorte em ter te encontrado na vida e por dividirmos o mesmo espaço-tempo!

Aos meus amigos da graduação em Ciências Sociais, vocês sempre serão lembrados por mim: Vilma, Ana Rozendo, Gabriel, Isabelle, Maria Clara e Robelia.

Agradeço aos meus amigos do café da manhã na UFPB pela torcida, reclamações e desabafos mútuos: Jade, Ângela, João Pedro, Lucas Freire, Matheus, Augusto Miguel e Fabrício. Ainda serão necessários muitos cafés da manhã juntos.

Aos grupos de pesquisa e integrantes do Materialismo e Modernidade e ao ARIADNE, em especial: Yasmin, Hévilla, Dani, Danilla, Manoelly e Emanuel.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações

Internacionais: Daniel, Fernanda, Matheus, Celso, Carla, Kelvin e Cassandra.

Aos amigos que não foram mencionados, mas que, de alguma forma, cuidaram de mim e me apoiaram durante toda a trajetória do mestrado, muito obrigada.

Às funcionárias da biblioteca setorial do CCSA, pela preocupação e atenção.

O leitor precisa ler de certa forma para ler bem: o autor não deve se ofender com isso, mas ao contrário, conceder maior liberdade ao leitor dizendo-lhe: “Veja você mesmo se enxerga melhor com esta lente aqui, com aquela ou com aquela outra”.

Marcel Proust

*Vivemos a experiência mas perdemos o significado,
E a proximidade do significado restaura a experiência
Sob forma diversa, além de qualquer significado. Como já disse,
A experiência vivida e revivida no significado
Não é experiência de uma vida apenas
Mas a de muitas gerações – não esquecendo
Algo que, provavelmente é de todo inefável:
O olhar para além da certeza
Da História documentada, a olhadela
Por cima dos ombros, ao terror primitivo lançada
Agora, chegamos a descobrir que os momentos de agonia
(Se eles são devidos à má compreensão,
Após esperar-se pelo equívoco ou por ele haver temido,
Não vem ao caso) são a rigor permanentes,
Tocados dessa permanência que trespassa o tempo. Apreciamos isto melhor
Na agonia dos outros – experimentada de perto,
E que a nós mesmos nos envolve – do que em nossa própria.
Pois em nosso próprio passado cruzam correntes de ação,
Mas o tormento dos outros perdura como experiência
Inqualificada, incorrupta por subsequente atrito.
As pessoas mudam, e sorriem, – mas a agonia permanece.
O tempo que destrói é o tempo que preserva.*

T.S. Eliot

RESUMO

O objetivo desta pesquisa concentra-se em investigar o pensamento do intelectual brasileiro Carlos Nelson Coutinho a partir da abordagem da tradutibilidade das ideias políticas entre Itália e Brasil. O contexto em que a pesquisa se insere abrange as décadas de 1970-1980, período em que o país esteve sob a ditadura civil-militar e a luta pela abertura democrática era reivindicada por diversos setores da sociedade civil. Foi também nesse momento que Coutinho teve maior contato com as correntes do socialismo europeu, em razão do seu exílio na Europa em 1976, recebendo influências do eurocomunismo, sobretudo a interpretação da “democracia como valor universal”. Sendo assim, buscaremos demonstrar de que modo Coutinho realizou uma tradução da via democrática para o socialismo, levando em consideração as especificidades do Brasil.

Palavras-chave: Coutinho; Tradução; Eurocomunismo; Democracia; Socialismo.

ABSTRACT

The goal of this research is to investigate the thought of Brazilian intellectual Carlos Nelson Coutinho from the perspective of the translatability of political ideas between Italy and Brazil. The context in which the research is situated covers the decades of 1970-1980, a period in which the country was under civil-military dictatorship and the struggle for democratic opening was demanded by various sectors of civil society. It was during this time that Coutinho had greater contact with European socialist currents, due to his exile in Europe in 1976, introducing influences of eurocommunism into his thinking, especially the interpretation of democracy as a universal value. Therefore, we will seek to demonstrate how Coutinho translated the democratic path to socialism, taking into account the specificities of Brazil.

Keywords: Coutinho; Translation; Eurocommunism; Democracy; Socialism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1- Principais teses defendidas pela estratégia eurocomunista;

Quadro 2- Textos produzidos por Carlos Nelson Coutinho de 1970-1980;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Cedec – Centro de Estudos da Cultura Contemporânea

CNL – Comitês de Libertação Nacional

CME – Capitalismo Monopolista de Estado

DC – Democracia Cristã

DdT – Democracia do Trabalho

ECB – Editora Civilização

Brasileira IG – Instituto Gramsci

IGS – Internacional Gramsci Society

PdA – Partido de Ação

PC – Partido Comunista

PCs – Partidos

Comunistas

PCB – Partido Comunista

Brasileiro PCI – Partido

Comunista Italiano

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PSI – Partido Socialista Italiano

RL – Renovação Liberal

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Discussão Metodológica	20
CAPÍTULO I – A democracia como problema: difusão e recepção do comunismo internacional	29
1.1 <i>O “inesquecível ano de 1956”: o impacto do Relatório de Krushev</i>	29
1.2 <i>A “Svolta de Salerno”: a construção de uma política de novo tipo</i>	33
1.3 <i>A Renovação Democrática Pecebista</i>	36
CAPÍTULO II – A trajetória intelectual de Carlos Nelson Coutinho	41
2.1 <i>As anos de Formação</i>	41
2.2 <i>Sociedade e Cultura: o realismo nacional-popular da literatura de Lima Barreto e Graciliano Ramos na análise coutiniana</i>	43
2.3 <i>Tradutor e difusor da democracia como valor universal no Brasil</i>	55
CAPÍTULO III – A tradução de Carlos Nelson Coutinho do socialismo democrático para o Brasil (1970-1980)	61
3.1 <i>O caminho teórico de Carlos Nelson Coutinho para via democrática ao socialismo</i>	72
3.1.1 <i>Capitalismo Monopolista de Estado e aliança antimonopolista</i>	72
3.1.2 <i>A positividade imanente da Sociedade Civil</i>	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	90

INTRODUÇÃO

O declínio do stalinismo, que se fez sentir no campo do marxismo internacional, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, evidenciou a necessidade de renovação política em busca do socialismo democrático. Nesse contexto, houve um reordenamento teórico-ideológico com o intuito de levar a cabo uma estratégia política revolucionária, que corrigisse os erros do “socialismo real”, combatendo o seu caráter dogmático e burocrático e acentuando o caminho parlamentar e democrático. Caberia, nesse movimento, a cada seção do Partido Comunista realizar uma autocrítica, baseada na interpretação de que a superação do capitalismo deveria ser feita dentro dos marcos institucionais, preservando uma relação positiva entre o socialismo e a democracia. O essencial se deu no afastamento de métodos insurrecionais, dado que a prioridade política assentar-se-ia na batalha por reformas.

Neste cenário, o trabalho do intelectual brasileiro Carlos Nelson Coutinho se destaca, pois ele identificou em Gramsci a formulação de um novo modelo de superação da sociedade capitalista sem que a dimensão da democracia fosse suprimida na transição para o socialismo – numa clara crítica aos pressupostos orientadores do “socialismo real”, como ele denominava. Segundo o autor, a relevância de Gramsci estaria em “prop[or] um outro modelo de socialismo, um modelo no qual o centro da nova ordem deve residir não no fortalecimento do Estado, mas sim na ampliação da ‘sociedade civil’, de um espaço público não estatal” (Coutinho, 1999b, p. 267). Dessa forma, restaria ao Brasil, fortalecer as organizações políticas no seio da sociedade civil para avançar na luta por garantia de direitos e expansão da democratização da vida social, uma vez que a auto-organização insurge na batalha da correlação de forças dentro da sociedade burguesa.

Coutinho ([2000] 2012, p. 418) afirmou em entrevista este distanciamento da teoria de Lênin:

Hoje, não me considero mais um “leninista”. Tenho grande apreço pela ação de Lenin, continuo a aprender com elas, mas agora percebo não só que nelas se tornou anacrônico, mas também o que já era equivocado no momento em que escrevia ou atuava. Em consequência, mudei também minha avaliação de vários outros marxistas, que durante muito tempo, sem maior reflexão, considerava “renegados”, como Kautsky, ou simplesmente equivocados, como Rosa Luxemburgo.

Isso significa que as proposições de Coutinho se alinham com o seu “marxismo aberto”, estabelecendo diálogo não apenas com o debate marxista, mas incluindo autores de vertentes liberais. Além de autores já citados como Gramsci, Lukács, Kautsky e Rosa Luxemburgo, teóricos como Rousseau e Hegel entram na órbita interpretativa, com bastante relevância, inclusive para o próprio entendimento que Coutinho realizou da teoria de Gramsci. Conforme assinalou sobre o pensamento do marxista sardo:

A reavaliação gramsciana da democracia não se liga assim nem a pensamento liberal nem ao “comunismo histórico”, mas remete diretamente aos clássicos da filosofia política, em particular a Rousseau e Hegel. Penso não estar enganado quando afirmo que Gramsci reintroduziu no seio do pensamento marxista a problemática do contratualismo, não tanto em sua versão liberal (ou lockeana), mais precisamente na versão democrático-radical proposta por Rousseau. A contribuição de Gramsci à teoria democrática tem sua expressão mais destacada no conceito de hegemonia. É precisamente esse conceito o principal ponto de articulação entre as reflexões gramscianas e alguns dos mais significativos complexos e problemáticos da filosofia política moderna, em particular os que estão contidos nos conceitos de vontade geral e de contrato. É claro que não pretendo negar a óbvia vinculação de Gramsci com o marxismo, mas creio que – na construção de sua teoria da hegemonia – ele dialogou não apenas com Marx e Lenin, ou com Maquiavel, o que fez explicitamente, mas também com outras grandes figuras da filosofia política moderna, em particular com Rousseau e com Hegel.

Observa-se que Coutinho absorveu essa interpretação no sentido que deu ao conceito de hegemonia e na forma como ela se articula em sua visão democrática. Ele compreendeu que o fortalecimento da sociedade civil no Brasil, isto é, a crescente criação de associações, partidos e movimentos sociais, possibilitava uma correlação de forças mais igualitária, manifestando uma ampliação da luta pela hegemonia das classes subalternizadas. Dessa forma, essas camadas marginalizadas teriam maior participação nos processos decisórios, representando uma crescente socialização da política brasileira, essa construção expressa o sentido do Estado fundado no consenso.

No entretanto, é relevante destacar que, na concepção gramsciana, o Estado é reconhecido como: “sociedade política + sociedade civil, isto é hegemonia encorajada de coerção” (Gramsci, Q 6, § 88, p. 763-764 *apud* Cospito, 2017, p. 943). Desse modo, não é possível compreender o fundamento do Estado apenas no sentido de produção de consenso, concentrando a luta pelo socialismo num terreno dos embates moleculares, por reformas, em razão de que a classe dirigente também

detém o monopólio da violência. Nesse sentido, é preciso retornar à influência do pensamento de Maquiavel na obra do marxista italiano, reintroduzindo a coerção como mecanismo de conservação do domínio burguês.

A discussão sobre as fontes teóricas fundamentais no pensamento coutiniano dá sentido ao modo como sua proposta foi articulada ao longo de sua trajetória intelectual, sobretudo pela forte inserção da teoria gramsciana, marcadamente pela mobilização dos conceitos de revolução passiva e do “Estado Ampliado”. Ambos os conceitos serviram de substrato para a compreensão do Estado brasileiro. O primeiro essencial na identificação do tipo de modernização alcançado, sempre pelo alto, enquanto o segundo esclarece o movimento de ampliação da sociedade civil brasileira, tornando necessário e possível, na concepção de Coutinho, repensar uma via pacífica para o socialismo. Isso porque o fortalecimento da sociedade civil proporcionaria uma posição mais reivindicadora, impondo o ganho de direitos através de reformas.

É a partir da problemática da relação entre socialismo e democracia – que se tornou central na teoria e na política brasileira especialmente entre os anos 1970 e 1980 – que esta pesquisa se dedicará a investigar como essa questão se traduz na proposta política presente na obra do autor. O objetivo é compreender como a transição democrática para o socialismo foi traduzida para o Brasil em razão deste autor ser um dos principais sujeitos da recepção dessa concepção teórico-política no país, marcadamente influenciado pelo substrato teórico advindo do socialismo europeu. Desse modo, propomos a seguinte hipótese: o conceito formulado por Coutinho de democracia guarda em si uma proposta de estratégia política distinta do marxismo-leninismo e também do liberalismo.

Se isso for verdadeiro, pretendemos investigar em que medida o conceito coutiniano de democracia conseguiu recriar nas condições específicas do Brasil – portanto, através de um processo de “tradução” – a relação entre socialismo e democracia influenciada pela concepção toglattiana-eurocomunista. A partir disso, buscaremos estabelecer “parâmetros da tradutibilidade”, como forma de operacionalizarmos a análise acerca do pensamento de Carlos Nelson Coutinho, por conseguinte, nos mobilizaremos sempre no sentido de apreender o modo como o contexto nacional foi manejado inferindo na construção do substrato teórico do intelectual brasileiro, cujo fundo expressa a aproximação com o socialismo europeu, contudo, não sendo uma direta cópia. Desse modo, as dimensões das

particularidades nacionais não podem ser reduzidas a meras abstrações gnosiológicas, a partir disso, devemos ter em conta como o processo da formação brasileira de tipo “prussiano” – interpretado por Coutinho – penetra, tornando difícil o desenvolvimento de uma autêntica consciência democrática (cf. Coutinho, [1974] 2011). Dessa forma, o caminho democrático é defendido tanto como uma forma de superar tais condições quanto como um novo modelo de transição para o socialismo. Nesse sentido, o *movimento* que concebe as condições nacionais servirá como nosso parâmetro, na medida em que inflexiona a estratégia eurocomunista, carregando efeitos “inventivos” em sua intervenção política

Para investigar essa hipótese, realizaremos uma reconstrução da proposta de Coutinho ao longo da sua obra, buscando identificar o caminho que o autor percorreu até sua formulação, uma vez que sua concepção passou por recorrentes reformulações ao longo dos anos. Além disso, identificaremos quais as teorias fundamentam sua proposta de transição para o socialismo.

Discussão Metodológica

A inserção periférica de um país no circuito internacional toma proporções que ultrapassam os aspectos puramente econômicos e políticos. O lugar que o Brasil – país periférico e subdesenvolvido – ocupa dentro do sistema internacional da divisão intelectual do trabalho é consolidado por um “desajuste”¹ entre a formação de teorias nacionais e a dependência das ideias vindas de fora, surgindo o dilema marcante na história intelectual brasileira: o localismo contra o cosmopolitismo ou “desprovincianismo” contra o provincianismo. Segundo Arantes (cf. 2021, p. 65), o intelectual “periférico” estará sempre às voltas com ideias e teorias construídas em contextos distintos. Para o autor, o intelectual brasileiro estaria “enlatado”, e sobre ele persistiria a imposição da dependência cultural. Portanto, não se pode perder de vista que a produção intelectual de um país estabelece relações, mesmo que desiguais, com ideias originadas em outros lugares, e é importante considerar como essas ideias serão apropriadas em um contexto diferente do de origem.

Reconstituindo a história do pensamento político brasileiro, Lynch (2013, p. 731) irá perguntar por que se costuma utilizar o termo “pensamento” e não “teoria” na produção acadêmica periférica. Levantando a hipótese de que no Brasil as elites sempre consideraram suas ideias inferiores às aquelas produzidas nas nações “civilizadas”. Uma das explicações trazidas para compreender tal hipótese seria a percepção de que o país estaria atrasado em relação às correntes de ideias europeias, dada a sua condição periférica. De acordo com o autor, houve uma internalização do sentimento de inferioridade: “dependentes dos modelos culturais dos países cêntricos, que distribuíam os lugares e os papéis no mundo, elas internalizaram o pressuposto de sua inferioridade neles inscrito” (idem, p. 734). Foi nesse sentido que Schwarz (1987) analisou o sentimento de inautenticidade da cultura brasileira como um traço constitutivo desde o período da Independência, em razão da ausência de uma pretensa originalidade, a vida cultural não passaria de uma cópia das nações hegemônicas.

¹ No capítulo “Ideologia Francesa, opinião brasileira: um esquema” Paulo Arantes utiliza o termo “desajuste” da mesma forma que Roberto Schwartz utiliza em “Nação por Subtração” (cf. Arantes, 2021).

O problema da subalternização intelectual da periferia está, portanto, colocado de forma bastante clara pela bibliografia recente. Esse processo, no entanto, não se encerra nos limites nacionais, ao contrário, se desenvolve pela ampliação da dominação externa. No que concerne ao aspecto cultural, os países centrais conferem a si a unidade do universal, usando seu crivo como medida do que seria civilizado, bárbaro e primitivo. A partir disso, suas teorias sustentam a hierarquização em marcha histórica dada pelo processo de colonização, estabilizando a dominação também nos planos ideológicos e culturais. Não por acaso existem àqueles que fazem filosofia e àqueles que possuem pensamentos assistemáticos.

O problema é que, do ponto de vista geográfico, o surgimento desses grandes homens [referindo-se à teoria hegeliana] não se dava nem aleatória, nem democraticamente. Embora a marcha do Espírito fosse universal, ela somente se manifestava naqueles povos mais antigos e de cultura mais adiantada; só neles havia condições de se reproduzir pensamento original, ou seja, filosofia (Lynch, 2013, p. 737).

A identidade cultural brasileira “sempre foi insegura de si mesma” (Arantes, 2021, p. 71) não por uma questão meramente endógena, mas por estar inserida numa posição subalterna. Não surpreende que, ao pensar a história do país, a intelectualidade nativa considerou que nesse lado do atlântico ela nem existisse. Lynch, recorrendo à citação de Alberto Torres, exemplifica esse entendimento: “o destino de um país é função de sua história e de sua geografia. O Brasil não tem história, que tal nome não merece a série cronológica dos fastos das colônias dispersas, e a sucessão, meramente política, de episódios militares e governamentais” (Torres, 1982, p. 64 *apud* Lynch, 2013, p. 742).

A constatação de um país sem história por autores como Alberto Torres fundamenta-se na absorção de uma filosofia da história eurocêntrica, que, segundo Lynch, teria no seu cerne o entendimento de que o povo – este constituído enquanto indivíduo pertencente a uma nação –, seria o sujeito protagonista da história, mas de uma história sempre universal e não apenas circunscrita ao âmbito nacional. No Brasil, a intelectualidade nascente não enxergava o povo – uma vez que, a maior parte da população não possuía o status de cidadãos – e, portanto, não se tinha o substrato necessário para fazer parte da “história universal” (Lynch, 2013, p. 742).

A condição periférica sempre esteve refletida na questão da possibilidade de se formular uma teoria original ou se seríamos capazes de copiar teorias advindas de

formações históricas sem proximidade com a nossa realidade. Contudo, esse dilema encontra paralelo com questões levantadas por intelectuais de países latino-americanos. José Carlos Mariátegui, por exemplo, destacou-se no interior da discussão marxista latino-americana por ter reivindicado a necessidade de compreender a particularidade nacional em razão da região ser marcada pelo colonialismo, escravidão e imperialismo. Sendo assim, passou a manejar a categoria de raça para analisar as dinâmicas de uma sociedade capitalista que se estrutura e reforça as desigualdades étnico-raciais, ampliando seus mecanismos de dominação. Para o autor era preciso “nacionalizar o marxismo”, isto é, apesar de estar orientado pelo marxismo não se poderia perder de vista a realidade nacional, portanto o processo relacional entre teoria-realidade torna-se fundamental para compreensão de uma sociedade diversa.

Nesse sentido, a abordagem da “tradução” intercultural torna-se central. Em um artigo sobre José Aricó, Martín Cortés utilizou a noção de “tradução” para compreender o projeto teórico empreendido pelo intelectual argentino ao longo de sua trajetória. Esse projeto foi marcado pela preocupação em entender e analisar os problemas específicos da Argentina. A abordagem da tradução intercultural como um procedimento metodológico aparece originalmente nos escritos do italiano Antonio Gramsci. Nos *Cadernos do Cárcere* 11 e 25 há considerações metodológicas importantes sobre a tradutibilidade, isto é, o processo de “tradução” entre ideias e conceitos pertencentes a culturas diversas temporal e geograficamente, mas similares do ponto de vista do desenvolvimento social e político-cultural:

A tradutibilidade pressupõe que uma determinada fase da civilização tenha uma expressão cultural “fundamentalmente” idêntica, mesmo que a linguagem seja historicamente diversa, diversidade determinada pela tradição particular de cada cultura nacional e de cada sistema filosófico, do predomínio de uma atividade intelectual ou prática, etc. Assim, deve-se ver a tradutibilidade é possível entre expressões de diferentes fases de civilização, na medida em que estas fases são momentos de desenvolvimento uma da outra e, portanto, integram-se reciprocamente (...) (CC.11, § 47, p. 185).

Nas anotações gramscianas, portanto, a tradutibilidade não se reduz somente à tradução de línguas, mas também requer a tradução das ideias pertencentes a diferentes formações sociais, bem como a inseparabilidade entre o pensar e o agir, ou, em outros termos, traduzir ideias implica em traduzir movimentos políticos que se

referem à transformação concreta da sociedade. Isto é, não se trata apenas da tradução de uma linguagem científica, mas sim do alargamento da busca pela transformação de mundo. Ao retornar à obra *Sagrada família*, Gramsci compreendeu que a observação “de que a linguagem política francesa equivale à linguagem da filosofia alemã” (C. 11, § 49, p. 188) exemplifica historicamente a tradutibilidade recíproca de linguagens. No entanto, nos estudos gramscianos, a questão da tradutibilidade nem sempre recebeu atenção suficiente, como apontado por Cospito (2017). Ao realizar um levantamento bibliográfico sobre os intelectuais que abordaram a questão, destacou os trabalhos de Dereck Boothman sobre tradução, por ter abordado de modo mais complexo o tema (cf., 2017, p. 53), uma vez que demonstrou a multiplicidade de significados que o termo tradução assume nos *Cadernos*. Segundo Cospito (ibidem, p. 53), Boothman destacou:

(...) la molteplicità di significato che il lessico della traduzione assume nei Quaderni, che vanno dalla trasposizione letterale (quasi mai possibile) di un termine tra due lingue naturali, al passaggio da un paradigma scientifico all'altro, alla traduzione tra culture nazionali differenti; il progressivo definirsi e approfondirsi di tali accezioni – diverse appure strettamente legate traloro – nel corso della riflessione carceraria, non senza momenti di incertezza per non dire ambiguità; la possibilità di ricostruire, a partire dalle note di Gramsci sulla questione, un modello di traducibilità che appare oscillare tra la necessaria “verticalità” delle relazioni tra la struttura economico-sociale e le sovrastrutture politico-ideologiche, e la circolarità dei rapporti tra filosofia, economia e politica all'interno della filosofia della praxis; e infine alcune suggestive indicazioni su come l'analisi gramsciana si leghi a punte avanzate della riflessione linguistica ed epistemologica novecentesca. dalla teoria della comunicazione di Roman Jakobson alla nozione di paradigma scientifico di Thomas Kuhn².

Os problemas levantados por Boothman merecem atenção, pois apontam para a possibilidade de se construir um modelo de tradutibilidade a partir dos *Cadernos do Cárcere*. Assim, absorver o procedimento metodológico da tradutibilidade significa

² Tradução: “(...) a multiplicidade de significados que o léxico da tradução assume nos *Cadernos*, que vão da transposição literal (quase nunca possível) de um termo entre duas línguas naturais, à passagem de um paradigma científico para o outro, à tradução entre culturas nacionais diferentes; o progressivo definir e aprofundar tais acepções – diferentes e ainda estritamente relacionadas entre eles – no decorrer da reflexão carcerária, não sem momentos de incerteza para não dizer ambiguidade; a possibilidade de reconstruir, a partir das notas de Gramsci sobre a questão, um modelo de tradutibilidade que parece oscilar entre a necessária “verticalidade” das relações entre a estrutura econômico-social e as superestruturas político-ideológicas e a circularidade das relações entre filosofia, economia e política dentro da filosofia da práxis; e finalmente algumas sugestões indicativas de como a análise gramsciana se liga pontos avançados da reflexão linguística e epistemológica do século XX, desde a teoria da comunicação de Roman Jakobson à noção de paradigma científico de Thomas Kuhn”.³ Tradução: “(...) um modo de ler ativamente: um exercício através do qual é possível desarticular um relato e colocar outro no seu lugar”.

mobilizar um construto gnosiológico que não se limita aos preceitos linguísticos. A transmigração de uma linguagem científica em termos gramscianos implica em um movimento recíproco de interposição de visões de mundo diversas, no qual a relação se desdobra em uma análise teórico-prática com vistas sempre à superação.

Nesse sentido, a interpretação de Martín Cortés sobre Aricó perpassa pela compreensão de que na América Latina não é possível transpor irrefletidamente qualquer teoria sem considerar historicamente aspectos constitutivos desta região, em razão de fatores como o colonialismo, a escravidão, a dependência externa, o subdesenvolvimento. Segundo Cortés (2016, p. 153), a tradução seria “(...) un modo de leer activamente: un ejercicio mediante el cual es posible desarticular un relato y poner otro en su lugar (...)”³. Portanto, José Aricó, buscando uma renovação do marxismo, assumiu para si o trabalho de traduzir e produzir um marxismo que fosse latino-americano. “Traduzir”, nesse sentido, equivale a “recriar”. Isto é, a tradutibilidade de um conceito implica em sua mobilidade e abertura, de modo que seja possível sua reconstrução nas condições específicas da cultura de recepção, consolidando uma tradução e não uma transposição mecânica e dogmática.

Esses apontamentos metodológicos orientam a presente pesquisa, cujo objetivo concentra-se em investigar o pensamento do intelectual brasileiro Carlos Nelson Coutinho a partir da abordagem da tradutibilidade das ideias políticas entre Itália e Brasil. O contexto em que a pesquisa se insere abrange as décadas de 1970-1980, período em que o país esteve sob a ditadura civil-militar e a luta pela abertura democrática era reivindicada por diversos setores da sociedade civil. Foi também nesse momento que Coutinho teve maior contato com as correntes eurocomunistas, em razão do seu exílio na Europa em 1976, tendo morado um período na Itália e outro na França.

O pensamento de Carlos Nelson Coutinho ascende do que foi caracterizado por Gildo Marçal Brandão (cf. 2007, p. 38) como marxismo de matriz comunista ou marxismo de matriz pecebista, marcado pela formulação de uma constelação intelectual distinta do radicalismo de classe média, uma vez que buscava, do ponto

³ Tradução: “(...) um modo de ler ativamente: um exercício através do qual é possível desarticular um relato e colocar outro no seu lugar”.

de vista analítico, “encontrar unidade entre, digamos, a infra e a superestrutura na explicação social”, sendo assim, podemos deduzir que a preocupação com a *totalidade* política, econômica e social dá a tônica desta linhagem. Segundo o próprio Coutinho o conceito que mais marcou sua produção teórica foi o de *totalidade*: “lembro-me de que, quando li (já lá se vão mais de 40 anos) aquela célebre frase de Lukács (...) ‘o marxismo se distingue da ciência burguesa não pela afirmação da predominância dos fatos econômicos, mas pelo princípio da totalidade’ – isso foi pra mim uma iluminação” (Coutinho, [2000] 2012, p. 403).

No entanto, embora reconheçamos e destaquemos que a práxis político-intelectual do marxista baiano se enquadra no marxismo de matriz pecebista, nossa intenção não é, neste trabalho, analisar especificamente as “afinidades eletivas” que o autor possua com os diversos autores/as dentro desta linhagem. Apesar de que tais aproximações possam transparecer de forma marginal ao longo do texto, nosso interesse principal é analisar como esse ator histórico, por meio de suas elaborações, constituiu (junto com outros intérpretes) uma perspectiva teórica comunista estabelecendo uma relação substancial com a democracia, ou seja, reestabelecendo uma matriz comunista essencialmente democrática e brasileira⁴.

Em síntese, pode-se dizer que a proposta política do autor está contida no célebre ensaio *A democracia como valor universal* (1979), que indica a influência do socialismo europeu e suas reverberações que implicaram na defesa de um modelo de transição ao socialismo pela via democrática, que permanecerá nos seus escritos posteriores. Durante o ano de 1976, Coutinho colaborou regularmente com o semanário *Voz Operária*, veículo de comunicação do Partido Comunista Brasileiro, sob o pseudônimo de Josimar Teixeira (cf. Del Roio, 2020; Neves, 2019). Ao final da década de 1970 e início de 1980, houve uma mobilização dentro do partido na tentativa de propor renovar suas estratégias políticas (cf. Said, 2006, p. 102). Desse modo, Carlos Nelson Coutinho foi figura-chave no objetivo de eliminar resquícios das leituras stalinistas, manejando um arcabouço teórico gramsciano partindo de uma leitura eurocomunista, fazendo parte do grupo reconhecido como os “renovadores”, no qual travaram uma disputa interna sobre os rumos do comunismo.

⁴ “Embora o marxismo de matriz comunista possuísse originalmente uma vertente autoritária, desde a década de 1950 se desenvolvera uma vertente positiva que admitia a compatibilização da democraciapolítica” (Lynch; Chaloub, 2022, p. 308).

Portanto, partiremos da interpretação de Coutinho como sujeito da recepção e agente difusor das ideias eurocomunistas no Brasil. Seguiremos as orientações metodológicas propostas por Horacio Tarcus (cf. 2018) acerca do processo de recepção de teorias. Segundo este autor, a recepção das ideias está atrelada a um movimento de produção intelectual que abrange os momentos de: (1) produção; (2) difusão; (3) recepção e (4) apropriação. Cabe ressaltar que trabalharemos com a metodologia da recepção atrelada a de tradutibilidade/tradução, pois nos interessa, como discutido anteriormente, analisar a forma como Coutinho traduz, no sentido gramsciano, o socialismo europeu para a realidade brasileira. Este trabalho investigará ideias, conceitos e estratégias políticas na obra de Coutinho, objetivando compreender o transcurso teórico do autor como agente difusor-receptor de uma matriz interpretativa europeia que ganha centralidade no debate político, em especial no que se refere à ideia de “democracia como valor universal”, reverberando numa matriz de pensamento comunista brasileiro de viés democrático.

A investigação da recepção das ideias possui caráter extremamente complexo e os fluxos se interpõem. Contudo, isso demonstra que as ideias não circulam sozinhas (cf. Tarcus, 2018), é preciso de uma rede de suportes de recepção/difusão como revistas, livros, folhetins. Destaca-se aqui a função do PCB, cujos agentes e meios de comunicação, como intelectuais, revistas, jornais e editoras ligadas política e ideologicamente ao partido, deram sustentação ao processo de circulação de ideias. Por isso parte desse material, especificamente os artigos de revistas serão incluídos na análise. No entanto, outras fontes importantes também serão analisadas, como a *Revista Presença*, composta por intelectuais como Leandro Konder, Luiz Werneck Vianna e Carlos Nelson Coutinho, que deixaram o partido comunista, mas empreenderam um editorial que continuou a disputar intelectualmente posições na discussão sobre o caminho para o socialismo, defendendo a proposta estratégica democrática.

A renovação democrática socialista suscitada por Coutinho implica em sua concepção sobre o conceito de democracia, elemento central para esclarecer o fundamento teórico do seu modelo de transição socialista. Para melhor compreender essa questão, recorreremos à história dos conceitos conforme proposta por Reinhart Koselleck, que se preocupa em compreender a construção conceitual referenciada pelo contexto que lhe é de origem. Isto é, observaremos o processo de construção do conceito, ligando-o intrinsecamente às “experiências que os formulou” (cf. Jasmin,

2005, p. 32), uma vez que “toda linguagem é historicamente condicionada e toda história é linguisticamente condicionada” (Koselleck, [2006] 2020, p. 39). Apesar da correlação intrínseca entre história e linguagem, segundo Koselleck, ambas ainda mantêm um nível de incongruência que pode ser verificável analiticamente.

Essa incongruência é perceptível quando o “historiador” se depara com um evento para o qual não possui as ferramentas “linguístico-conceituais” para compreendê-lo, “sim, existem eventos que nos roubam as palavras que nos calam e aos quais – talvez – só possamos responder com o silêncio” (idem, p. 43)⁵. Sendo assim, existe uma diferença de temporalidade entre fenômeno histórico e elaboração da semântica. “O mesmo vale para a linguagem que antecede os eventos e que, com discurso oral ou escrito, ajuda a provocá-los” (idem, p. 43). Portanto, a história dos conceitos, pressupõe reconhecer que a “ocasião” da escrita guarda uma relação em descompasso – para frente ou para trás – dos eventos. Podemos reforçar essa indicação quando recorremos à formulação conceitual característica de eventos históricos do passado, como o “fascismo”, “bonapartismo” ou “populismo”, para compreender conjecturas do presente, reconhecendo que a linguagem, geralmente, contém um tempo de transformação mais lenta que os próprios eventos (cf. idem, p. 49).

É levando em consideração esse descompasso que o contexto adquire relevância fundamental. É por meio da contextualização que se descortinam as temporalidades próprias da história e da linguagem. Não é possível entender o conteúdo de um conceito sem que se considere a experiência vivida, cujo substrato resulta no “acervo de experiências” que pode ser tanto limitado quanto inovador para o período em que se analisa. Dessa forma, buscaremos compreender o repertório intelectual de Carlos Nelson Coutinho, trançando quase que biograficamente sua trajetória, com o objetivo de compreender como ele chegou à formulação-chave da “democracia como valor universal”. Para isso, analisaremos sua elaboração de forma cronológica, buscando captar as fundamentações e transformações internas pelas quais se delinea a via democrática brasileira para o socialismo.

⁵ Koselleck utiliza o termo “sprachlosigkeit” para se referir aos alemães que “se viram privados de palavras” em consequência das barbáries reveladas em 1945. “Qualquer tentativa de encontrar uma linguagem adequada para falar do extermínio em massa parece destinada ao fracasso até hoje” (cf. Koselleck, 2020 [2006], p. 45).

Essa tarefa só é possível através do constante referenciamento ao contexto histórico mais amplo vivido pelo autor. Ao considerar os processos históricos, poderemos compreender mais profundamente a visão de mundo inculcada do autor investigado, pois é através dessa História que sua formação e intervenção intelectual e política se desdobram. Nesse sentido, os processos de ditadura civil-militar, de crise orgânica do PCB, de dissensão do regime ditatorial e do declínio do “socialismo real”, tomam um espaço de privilegiamento em nossa análise, uma vez que consideramos que a teoria coutiniana se desdobra pelos signos desses acontecimentos. Para isso, esta pesquisa utilizará fontes primárias e secundárias, dando prioridade aos escritos de Carlos Nelson Coutinho ao longo de sua trajetória e a Revista *Voz Operária* entre os anos de 1976-1978.

CAPÍTULO I – A democracia como problema: difusão e recepção do comunismo internacional

1.1 O “inesquecível ano de 1956”: o impacto do Relatório de Krushev

Em 25 de fevereiro de 1956, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o então secretário-geral Nikita Krushev apresentou uma série de denúncias sobre o governo de Stalin. O relatório trouxe à tona as práticas autoritárias cometidas pelo líder da URSS e seus colaboradores, tecendo uma crítica que apontava para o “culto à personalidade” como origem das sucessões de crimes praticados durante o regime stalinista. Losurdo (2010, p. 19), em seu livro *Stalin: história de uma lenda negra*, abordou o relatório da seguinte forma: “uma característica salta aos olhos: estamos na presença de uma requisitória que se propõe a liquidar Stalin sob todos os aspectos”. A questão levantada por críticos às interpretações correntes sobre o relatório, como Losurdo, seria de que a análise sobre um largo período histórico foi interpretada a partir de características psicológicas de um indivíduo, simplificando a análise para os níveis mais individualizantes, esquecendo-se das dinâmicas socioestruturais da época. Num sentido crítico, Netto (cf. 1986, p. 17) afirma que a teoria do “culto à personalidade” não é inteiramente falsa, uma vez que Stalin estava cercado por um culto. Contudo, essa teoria não seria suficiente para compreensão do stalinismo, em razão de que ignorava “vários condicionamentos históricos e sociais”.

Ainda assim, apesar das críticas que possam ser feitas à denúncia anunciada por Krushev, ela tornou-se o estopim para o colapso do stalinismo e impactou de modo determinante o movimento comunista internacional, abrindo uma crise na forma de organização dos PC's, em razão de que a URSS havia se tornado o “modelo-guia” do caminho para revolução socialista e suas diretrizes foram seguidas e acompanhadas de perto pelos partidos de diversas regiões. Segundo Moura (cf. 2005, p. 21), neste momento, conhecido como “degelo”, surgiu o questionamento da “validade universal do modelo de revolução russa”, e ampliou-se a discussão sobre quais outros caminhos poderiam levar ao socialismo, introduzindo as problemáticas da democracia, da liberdade “plural-universalista” e da questão nacional. Isso significa observar que a estratégia política pós-segunda guerra passara a tomar rumos

reformadores, estabelecendo os princípios democráticos como condição essencial na tarefa de reconstrução de uma “nova política e de um novo partido” comunista. Os desdobramentos das discussões a respeito da necessidade uma cultura democrática, num sentido amplo, implicou nas iniciativas de revisão pelos PC’s, marcadas pela necessidade de construir uma identidade nacional, adotando uma concepção mais apurada sobre as particularidades dos seus países para propugnação de um programa político adequado às realidades nacionais e de inserção na luta parlamentar. Tendo isto em conta:

(...) a renovação da estratégia socialista mundial vinculava-se de forma essencial à realização da democracia, ou melhor, a valorização da democracia seria um elemento importante para a renovação da estratégia socialista, em especial aos países capitalistas ocidentais, em que as estruturas sociais eram econômica, política, e culturalmente diversas das sociedades orientais, nas quais a revolução se tornara vitoriosa em 1917 (idem, p. 21)⁶.

Essa revisão, ao longo do tempo, favoreceu a reestruturação da ação política dos partidos comunistas. Nota-se, pois, que o caráter revolucionário político da ação dos PC’s sofreu uma modificação contínua. Embora a luta de classes tenha permanecido como conceito teórico para confrontar o modo de produção burguês, o cerne da realização da revolução socialista não se evidenciara mais na esteira do “marxismo-leninismo”, na qual a ditadura do proletariado é condição essencial para fundar uma sociedade igualitária.

Diante dessa conjuntura, o processo de desestalinização foi reclamado também no empenho de reorganização interna, que passou a ser repensada de forma a adquirir maiores contornos democráticos, através da tentativa de promover a descentralização do poder internamente. A partir desses pressupostos, surgiu uma miríade de possibilidades de atuação no campo político, em razão da adoção de novas posições e interpretações em relação à política nacional, que direcionaram os partidos a assumirem estratégias e táticas diversas da matriz soviética. Sintetizando esse reposicionamento, o comunista Palmiro Togliatti (1893-1964) secretário geral do Partido Comunista Italiano (PCI), marcou profundamente essa fase pela qual o movimento comunista internacional atravessou, propondo uma

⁶ A autora está usando os termos “sociedades ocidentais/orientais” num sentido gramsciano. Para Gramsci a divisão entre ocidente e oriente não são geográficas, mas morfológica, isto é, está ligada às questões históricas, econômicas e sociais do país.

nova via para o socialismo. A estratégia da “via italiana” trouxe ao centro do debate a disputa institucional e a aliança democrática como caminho para o socialismo.

Numa entrevista em 1956, concedida revista *Nuovi Argomenti*⁷, Togliatti realizou uma análise acerca do stalinismo, apontando para os novos rumos que o movimento comunista tomaria após o XX Congresso. O dirigente italiano chamou atenção para algumas problemáticas em relação ao relatório, uma delas dizia respeito ao entendimento que as denúncias eram sinal de que os comunistas soviéticos também estariam negando todo seu passado e luta para a construção do comunismo. Outra questão foi em relação às limitações interpretativas sobre o fenômeno stalinista na chave formulada por Krushev, nas palavras de Togliatti:

(...) sino a che ci si limita, in sostanza, a denunciare, come causa di tutto, i difetti personali di Stalin, si rimane nell'ambito del “culto della personalità. Prima, tutto il bene era dovuto alle sovrumane qualità positive di un uomo; ora, tutto il male viene attribuito agli altrettanto eccezionali e persino sbalorditivi suoi difetti. Tanto in un caso quanto nell'altro siamo fuori del criterio di giudizio che è proprio del marxismo. Sfuggono i problemi veri, che sono del modo e del perché la società sovietica poté giungere e giunse a certe forme di allontanamento dalla vita democratica e dalla legalità che su tracciata, e persino di degenerazione. Lo studio dovrà essere fatto seguendole diverse tappe di sviluppo di questa società, e sono prima di tutti i compagni sovietici che debbono farlo, perché conoscono le cose meglio di noi, che possiamo sbagliare per parziale e errata conoscenza dei fatti (Togliatti, 1956,[online])⁸.

A crítica estava direcionada ao entendimento de que a barbárie do governo stalinista se explicava através das atitudes de um indivíduo. De acordo com Silva (cf. 2018, p. 192), a posição togliattiana foi formulada no sentido de corrigir a formulação “intelectual e metodologicamente tosca” de Krushev, uma vez que prospectava um entendimento menos simplista das tragédias proporcionadas pelo período. Desse modo, para Togliatti “seria necessário oferecer outras causas, para além das psicossociais, sem recorrer em ‘arbitrárias e falsas generalizações’, do porquê de o

⁷ A entrevista completa está disponível online em italiano: <<https://www.associazionestalin.it/togliatti_4_nuoviargomenti.html>>.

⁸ Tradução: “(...) enquanto se limita, em substância, a denunciar, como causa de tudo, as falhas pessoais de Stalin, permaneceremos no âmbito do “culto da personalidade”. Antes, todo bem era devido às qualidades positivas sobre-humanas de um homem; agora, todo mal é atribuído a seus defeitos igualmente excepcionais e surpreendentes. Em ambos os casos, estamos fora do critério de julgamento que é próprio do marxismo. Os verdadeiros problemas escapam, no que dizem respeito ao modo e ao porquê de a sociedade soviética ter chegado e alcançado certas formas de afastamento da vida democrática e da legalidade que havia estabelecido, e até de degeneração. O estudo deve ser feito seguindo as diferentes etapas de desenvolvimento desta sociedade, e são principalmente os camaradas soviéticos que devem fazê-lo, pois conhecem melhor as coisas do que nós, que podemos errar por conhecimento parcial ou incorreto dos fatos”.

regime soviético ter se degenerado em um sistema marcado pelas limitações de aspectos democráticos outrora presentes na sociedade soviética” (idem, p. 193).

Nessa análise, a questão democrática é defendida numa perspectiva positiva e como condição necessária na luta pelo socialismo. Sua ausência é reflexo da trajetória tortuosa percorrida pela URSS durante o período stalinista. Na mesma entrevista Togliatti defendeu sua proposta por uma via nacional para o socialismo, observando que a desagregação do stalinismo derrubou a noção de que existiria um modelo único de caminho para o socialismo, tornando o movimento operário policêntrico, isto é, baseado na possibilidade de cada nação construir e desenvolver múltiplas trajetórias para alcançar o socialismo. Ele arremata a entrevista declarando que:

(...) a noi toccherà elaborare el método e la via nostra, per essere noi pure garantiti da pericoli di stagnazione e burocratizzazione, per sapere risolvere assieme i problemi della libertà per le masse lavoratrici e della giustizia sociali, e conquistarci quindi tra le masse stesse un prestigio e un seguito più grandi (Togliatti, 1956, [online])⁹.

Márek (cf. 1987, p. 309) reitera que Togliatti abordou problemáticas que, nos anos posteriores, iriam predominar nas discussões do movimento comunista. A questão do policentrismo anunciava, em certo sentido, aquilo que o debate eurocomunista viria a abordar e propugnar nas décadas seguintes: *a democracia como o caminho para o socialismo*. A estratégia democrática, se erguia como tentativa também de minar as heranças do “marxismo-leninismo”. Nesta perspectiva, a teoria gramsciana fornecia o substrato teórico para formulação da nova via, sobretudo a noção de guerra de posição. Na interpretação togliattiana a conquista de poder deveria ser erguida dentro do parlamento, numa luta por reformas graduais. Silva (cf. 2018, p. 240) demonstra que essa interpretação se aproxima da noção kautskyana de “estratégia por esgotamento”, embora Togliatti negasse que sua proposta tivesse qualquer sentido próximo das leituras da Segunda Internacional. É a partir desse legado do dirigente comunista que o eurocomunismo italiano se fortaleceu amplamente nas décadas seguintes, demarcando uma inflexão da discussão sobre as táticas adotadas pelos comunistas, visando a necessidade de a estratégia ser

⁹ Tradução livre: “(...) cabe a nós elaborar nosso método e caminho, para também estarmos protegidos de perigos como a estagnação e burocratização, para saber resolver juntos os problemas da liberdade para as massas trabalhadoras e da justiça social, e assim ganhar entre as massas um prestígio e um seguimento cada vez maiores”.

balizada sempre por uma “via institucionalista” para o socialismo. Segundo Magri (cf. 2014, p. 139):

Quanto à “via italiana para o socialismo”, (...) procurou defini-la melhor, como uma estratégia e não como uma tática. Não mais os clássicos “objetivos intermediários”, destinados a acumular forças para uma futura ruptura revolucionária, mas “reformas de estrutura”, conquistas permanentes, casamatas que prefiguravam uma perspectiva socialista, produzidas pelas experiências de luta na base e introduzidas na ordem fazendo apelo aos princípios mais avançados já inseridos na Constituição republicana: não se tratava ainda de socialismo, mas de uma aproximação. Desse modo, ele estabelecia uma clara fronteira com o parlamentarismo social-democrata e ao mesmo tempo combatia a expectativa de uma hora X: a revolução era um processo que, em determinado momento, podia e devia traduzir-se em conquista pacífica do poder do Estado e em gestão democrática, exatamente porque subjetiva e objetivamente apoiada na sociedade.

À vista disso, compreende-se que as críticas geradas após o relatório de Krushev ficaram concentradas no campo da política. Isso significa que o erro observado pela experiência da URSS não recaía sobre questões econômicas. Sendo assim, a sua debilidade poderia ser corrigida na redefinição e reestruturação dos aspectos democráticos, eliminando as bases autoritárias. Por isso, as noções reformuladoras do caminho para o socialismo ficaram concentradas na indispensabilidade da estrutura política democrática, reorientando a luta em um sentido não-insurrecional e sobretudo policêntrico, determinado pelas particularidades de organização de cada nação na construção do socialismo.

1.2 A “Svolta de Salerno”: a construção de uma política de novo

O retorno de Palmiro Togliatti à Itália, após 18 anos de exílio, em 1944, ocorreu durante processo fragmentário de luta pela libertação nacional contra o domínio nazifascista. Em meio à resistência, a perspectiva da necessidade de construção de uma unidade nacional – expressão de todos aqueles dispostos e comprometidos com a derrubada dos elementos reacionários e com a democratização do país – alargou-se. Nesse momento, Togliatti assumiu posição crucial no estabelecimento de uma política de frente única, sustentada pela condução de uma Itália “unida, livre e independente” (Togliatti, [1944] 1980, p. 33), dando fundamento à expansão de um programa político e de um partido de *novo tipo*. De acordo com Vacca (2021, p. 21) “a

ação desenvolvida por Togliatti da queda do fascismo à aprovação da Constituição constitui sua principal contribuição à história da Itália”.

Fundamentalmente, o movimento teórico-prático que foi empreendido por Togliatti, nesse momento, tem sua base na reflexão gramsciana sobretudo em relação às características do partido “de massas e de vanguarda”. Contudo, suspendendo a pressuposição da práxis revolucionária, contornando-a num cariz reformista, “abrindo mão dos elementos mais avançados contidos na linha saída do Congresso de Lyon” (cf. Mondaini, 2003, p. 4). Nas Teses de Lyon¹⁰ escritas por Gramsci em colaboração com o próprio Togliatti, em janeiro de 1926, a proposta política considerava que o partido:

(...) tem que estar organizado de maneira a poder funcionar, em contato com a massa, em qualquer circunstância. Para nós, esse princípio tem maior importância, em razão da repressão que exerce o fascismo com a finalidade de impedir que as relações de forças existentes se traduzam em relações de forças organizadas. Somente com a máxima concentração e intensificação da atividade do Partido se pode lograr naturalizar, pelo menos em parte, esse fator negativo e impedir que o mesmo obstaculize profundamente o *processo da revolução* [online, grifos nossos].

Já em 11 de abril de 1944, a elaboração togliattiana expressa em “La politica di unità nazionale dei comunisti”¹¹, afirmava que o problema principal a ser enfrentado na Itália era o da unidade nacional através de um *compromisso* “entre os partidos antifascistas e o Estado, entre a burocracia dos partidos e a burocracia do Estado” (Mondaini, 2011, p. 67), objetivando “unificar a Itália [que estava] cortada em duas” (Togliatti, [1944] 1980). Nesse período, o país estava sob o comando do general Pietro Badoglio (1941-1943), e ocupado pelos Aliados no Sul e pela Alemanha no Norte (cf. Adinolfi, 2008). Em meio à debilidade do governo e à repressão nazifascista, a luta antifascista organizada pelos *Comitês de Libertação Nacional*¹² (CLN) intensificou-se. Nesses Comitês estavam agrupados o Partido Comunista Italiano (PCI), o Partido Socialista Italiano (PSI), o Partido de Ação (PdA), a Renovação Liberal (RL), a Democracia do Trabalho (DdT) e a Democracia Cristã (DC) (cf. Coutinho, 1980, p. 34), apesar de se unirem sob o influxo comum de extirpar as raízes do fascismo, não havia

¹⁰ Cf.: “A situação da Itália e as tarefas do Partido Comunista Italiano”, 23 a 26 de janeiro de 1926. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1926/01/26.htm>>. Acesso: 10 de abril de 2024

¹¹ Cf.: “A política de unidade nacional dos comunistas”. In: Socialismo e democracia. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, 1980.

¹² Comitato di Liberazione Nazionale.

uma definição unitária das ações que deveriam ser tomadas durante e após o processo de libertação (cf. Silva, 2018).

O reconhecimento da legitimidade do governo de Badoglio – 25 de julho de 1943 a 18 de julho de 1944 – pela URSS, em conformidade com as análises e posição de Togliatti naquele momento, indicava o caminho a ser trilhado pelo PCI, isso quer dizer que o objetivo prioritário do partido era impulsionar a derrubada do fascismo encabeçada pelo povo italiano numa “Frente Nacional”¹³, sem que “a luta contra a Alemanha hitleriana (...) deixasse aos exércitos aliados todo o mérito da libertação (...)” (Vacca, 2021, p. 23). Nessa perspectiva, os fundamentos da autoconsciência e auto-organização aparecem como questões de fundo como condição para a formação do antagonismo contra o Estado fascista. No limite, esse aspecto denota que a politização das forças antifascistas era crescente e atuante, buscando destruir a *Weltanschauung*¹⁴ fascista. Essa é a essência da política que ficou conhecida como a “*svolta de Salerno*”¹⁵, sintetizada no seguinte pronunciamento:

Nossa política deve ser de molde a assegurar à classe operária e a nós mesmos todas as alianças necessárias para resolver os graves e sérios problemas da vida nacional, no momento presente e no futuro. [...] Nossa política deve ser de molde a nos permitir agrupar em um bloco todas as forças antifascistas e democráticas, todas as forças estritamente nacionais; de opor esse bloco ao invasor alemão e aos resquícios do fascismo, de esmagar o primeiro e de destruir os segundos, a fim de que sejam criadas as condições para a instauração e consolidação de um verdadeiro e seguro regime democrático (Togliatti, [1944] 1980, p. 31).

Percebe-se como, desde o seu regresso à Itália, Togliatti desenvolve um raciocínio que se enverga como a ponta da formulação do caminho nacional para o socialismo através de uma democracia de tipo novo – progressiva – e que, ao longo dos anos, até sua morte, foi sendo refinada. Entretanto, nos idos anos de 1944, sua concepção não foi recebida sem críticas, das quais buscou esquivar-se, legitimando-a por meio da aproximação teórico-prática com tradição marxista revolucionária e

¹³ “Nos dias 30 e 31 de 1944, em Nápoles, Togliatti se reúne com o Conselho Nacional do próprio partido e anuncia a nova direção a ser assumida pelo PCI nos impasses com o governo Badoglio e com a monarquia. A tarefa prioritária era a derrota do nazifascismo e, para tanto, o partido deveria se abrir a mais ampla colaboração com todas as forças políticas e não persistir nas posições que travavam os esforços de guerra na luta antifascista: a solução da questão institucional (monarquia ou república) deveria assim ser remetida para o pós-guerra” (Silva, 2018, p. 34).

¹⁴ Tradução: “visão de mundo”.

¹⁵ Tradução: “a virada de Salerno”.

“gloriosa”. Togliatti, ao demarcar seu posicionamento alinhando-o às conquistas da URSS, refletia a “*doppiezza*”¹⁶ que encarnava o seu pensamento e ação política. A sua “dupla lealdade” revelou os limites que impôs à confecção de um partido novo e independente da política internacional soviética (cf. Vacca, 2021, p. 56). Desse modo, o dirigente do PCI, havia elaborado sua estratégia no limiar da “bifrontalidade de Janus”, mantendo uma face sempre voltada para trás e uma sempre voltada para frente.

Quando defendemos os interesses da nação, quando nos pomos à frente do combate pela libertação da Itália da invasão alemã, estamos na linha das verdadeiras tradições do movimento proletário. Estamos na linha da doutrina e das tradições de Marx e Engels, que jamais renegaram os interesses de sua nação, que sempre os defenderam, tanto contra o agressor e o invasor estrangeiro quanto contra os grupos reacionários que os pisoteavam. Estamos na linha do grande Lênin, que afirmava sentir em si o orgulho de ser russo, que reivindicava que seu próprio partido fosse o continuador de todas as tradições do pensamento liberal e democrático russo, e que foi fundador do Estado soviético, o qual deu aos povos da Rússia uma nova e mais elevada consciência nacional. (...) Estamos na linha de pensamento de Stálin, desse homem que soube, na base das conquistas da grande Revolução Socialista de Outubro, na base das realizações de mais de vinte anos de edificação socialista, realizar a unidade de todo o povo, de todas as nações que vivem em território da União Soviética, na luta sagrada contra o invasor e para esmagar definitivamente o hitlerismo e o fascismo. Estamos no caminho que nos foi traçado por nossos grandes mestres (Togliatti, [1944]1980, p. 28).

Ao vincular a nova postura do PCI às perspectivas dos “grandes dirigentes” da luta comunista, Togliatti promovia o avanço da discussão em torno de uma reforma intelectual e moral – nos termos gramscianos – da cultura do órgão combatente, “(...) de modo a que todo o Partido se converta verdadeiramente no que deve ser: uma organização de vanguarda, um instrumento de luta contínua para dirigir todos os combatentes das massas trabalhadoras (...)” (Togliatti, [1947] 1980, p. 64). É nesse contexto, com respaldo de outros intelectuais como Pietro Secchia (1903-1973) e Luigi Longo (1900-1980) (cf. Mondaini, 2003, p. 4), que a noção de “democracia progressiva” vai tomando forma.

1.3 A Renovação Democrática Pecebista

¹⁶ Tradução: “ambiguidade”, “duplicidade”.

Dentro do PCB o reconhecimento dos crimes de Stalin através do relatório foi assimilado e discutido de maneira mais lenta. Segundo Santos (cf. 2007, p. 206), após anos sob influência das concepções do marxismo-leninismo era difícil acreditar na veracidade dos crimes denunciados por Krushev. Assim, os dirigentes do partido mantiveram silêncio durante os primeiros meses de repercussão das notícias e acreditaram que se tratava de “intrigas” imperialistas para interromper o triunfo revolucionário. “Na cena pública pessebista ninguém, muito menos os dirigentes, opinará sobre o centro da controvérsia suscitada pelo XX Congresso” (idem, p. 206). Conforme demonstra esse autor, foi o semanário *Voz Operária* que assumiu a liderança na disseminação de informações aos leitores brasileiros acerca dos crimes e seus impactos ao redor do mundo. Em um curto período, iniciado em março de 1956, foram publicadas matérias que expressavam a dimensão dos efeitos causados no movimento comunista internacional.

Os debates promovidos pela imprensa partidária geraram um acúmulo de críticas direcionadas à organização interna do PCB. “Diante dos rumos que tomavam as discussões, o antigo ‘núcleo dirigente’ tratou de retomar o controle da imprensa partidária e dos debates” (Rodrigues, 2007, p. 506). Isso abriu espaço para uma disputa interna sobre as linhas que seriam adotadas pelo partido, uma vez que a crise das concepções de matriz soviética colocou em evidência a necessidade de se construir uma renovação política. De acordo com Segatto (cf. [1995] 2005) três correntes se estruturaram entre os anos 1956-1957: a corrente renovadora, a corrente conservadora e a corrente pragmática.

O embate entre as correntes ganhou contornos com a publicação da denominada “Carta Rolha” por Prestes, criticando “certas manifestações” que estavam surgindo no debate promovido pela imprensa partidária (cf. Rodrigues, 2007, p. 504; Moura, 2005, p. 28). A preocupação do secretário-geral do PCB era que o avanço das posições renovadoras colocasse em perigo a unidade do partido. Por isso afirmava ser inadmissível à imprensa “feita com recursos do povo quaisquer ataques à União Soviética, ao Partido Comunista da União Soviética, ao baluarte do socialismo no mundo e ao Partido que dirige a construção do comunismo” (Prestes, 1956, p. 3 *apud* Rodrigues, 2007, p. 507). Essa carta assinalou a decisão que o partido tomaria em relação aos que queriam um debate pela renovação do marxismo e ruptura com o dogmatismo. Conforme relata Rodrigues (2007, p. 507), a direção do partido afastou

os militantes que defendiam o debate amplo e fechou o ciclo de discussões críticas ao stalinismo e a estrutura partidária do PCB:

Aydano de Couto Ferraz foi afastado da direção da Voz Operária e o Comitê Central conseguiu retomar o controle da imprensa partidária que estivera em mãos dos jornalistas que preconizavam a continuação das discussões de modo irrestrito. Dos 32 jornalistas da imprensa comunista, 27 afastaram-se de seus postos. A partir daí as discussões prosseguiram publicamente, mas com restrições aos artigos contrários à direção do partido. Em abril de 1957, o Comitê Central, numa resolução denominada “Sobre a unidade do Partido, decidiu pelo encerramento dos debates no mês de maio.

Dessa forma, o processo de reestruturação crítica aos rumos do partido foi realizado de forma ambígua e incompleta. Por isso, autores como Segatto ([1995] 2005) passaram a reconhecer esse movimento de impacto da crise do marxismo-leninismo dentro do PCB como uma renovação inconclusa, demonstrando que o núcleo dirigente não pretendeu construir uma reorientação a partir de uma renovação radical. Segundo Santos (2007, p. 225):

O novo núcleo dirigente [formado a partir das correntes conservadoras e pragmática] que sobreviveu à crise de 1954-1957 – e que, em grande parte, à hora de falência do socialismo real, se apressará em comandar uma segunda mudança no PCB – desde então reivindica a autoria exclusiva daquela renovação partidária, cujo começo consiste em situar na Declaração de março de 1958, ocultando a contribuição dos renovadores da época, derrotados e marginalizados dentro do partido (...).

Apesar da renovação incompleta, o PCB passou a adotar uma nova linha política, a incorporação dos aspectos críticos se sintetizou nos marcos da *Declaração de 1958*, fortalecendo as concepções de luta por meio da via pacífica e democrática. É relevante pontuar que desde a década de 1950 com o “Manifesto de Agosto” a questão democrática fermentava no interior do partido, sendo utilizada como tática. Entretanto, a *Declaração* foi o acerto de contas com a crise do stalinismo e reintroduziu uma interpretação nova sobre os rumos do capitalismo no Brasil. Embora não rompesse com a visão de uma revolução dual, a tática adotada privilegiava o terreno democrático, nacionalista, anti-imperialista e antifeudal.

O tom da renovação pecebista a partir de 1958, de acordo com Nogueira (1985, p. 143-144), era “sensível à concreta realidade brasileira, favorável à elaboração de programas democráticos amplos e unitários, aberta aos temas institucionais e de governo, ao pluralismo e aos direitos básicos da cidadania”. Deve-se acreditar, antes

de mais nada, que a proposta contida na Declaração intentava arejar as táticas políticas seguidas pelos militares, empregando o conceito de democracia numa forma de fortalecer a cultura democrática nacional frente à crescente instabilidade política. Segundo Toledo (1994, p. 114), muito embora o discurso pecebista estivesse preocupado com a questão democrática ela “aparecia ora subordinada, ora com uma importância secundária na reflexão teórica e na luta ideológica”.

A passagem para a centralidade da democracia no debate político deu-se em meados das décadas de 1970-1980, suscitada pelos intelectuais comunistas Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Luiz Werneck Vianna e Marco Aurélio Nogueira. A movimentação desses intelectuais deu-se como resposta ao período da ditadura civil-militar. Observamos que o giro em torno do debate democrático não se deu apenas entre a esquerda brasileira, mas também entre os países latino-americanos sob ditadura. De acordo com Barros (1986, 49):

After, undoubtedly, the most traumatic and destructive period in their history, these groups [“the Left”] – many of whom had redefined their goals in terms of the recovery and strengthening of democracy – are now in position to exercise their rights to publically articulate their positions, develop an alternative culture, organize unions and associations, and compete in elections¹⁷.

No Brasil, não apenas os militantes do PCB estavam alinhados à defesa democrática, destaca-se também o esforço dos intelectuais do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e do Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (Cedec). Nas palavras de Weffort (1984, p. 59) “a luta política no Brasil (...) é tanto uma luta pelo poder quanto uma luta em torno do significado da democracia. (...) a democracia é o terreno onde grupos e partidos que representam interesses e ideologias diversas lutam pelo poder”.

Seria equivocado supor que a defesa do caminho democrático surgiu por intermédio de alguns intelectuais sem qualquer ligação com o contexto histórico-político brasileiro. O final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, foi marcado pelo processo de abertura política da ditadura civil-militar instaurada em

¹⁷ Tradução: “Depois, sem dúvida, do período mais traumático e destrutivo de sua história, esses grupos [“a Esquerda”] – muitos dos quais haviam redefinido seus objetivos em termos de recuperação e fortalecimento da democracia – agora estão em posição de exercer seus direitos de articular publicamente suas posições, desenvolver uma cultura alternativa, organizar sindicatos e associação e competir em eleições” (Barros, 1986, p. 49).

1964. Portanto, é no contexto dessa transição “lenta, gradual e segura” que o conceito de democracia se cristalizou como signo a ser alcançado.

Ramos (cf. 2013) compreenderá essa distensão como um processo típico de liberalização, isto significa reconhecer que não houve uma verdadeira democratização, em razão de que as forças militares conseguiram controlar todo o transcurso. Para o autor, os comunistas aceitavam o processo de “liberalização”, mas sempre reivindicavam melhorias concretas, sobretudo das condições econômicas das classes trabalhadoras, pretendendo chegar a um cenário de democratização concreta. Desse modo, a orientação dos comunistas era de alinhamento a amplos setores que lutavam contra o autoritarismo e pela expansão da democracia, portanto, o enfrentamento à Ditadura promoveu um ambiente propício às alianças que em outros momentos seriam impensáveis (Ramos, 2013, p. 144).

CAPÍTULO II – A trajetória intelectual de Carlos Nelson Coutinho

2.1 Os anos de Formação

Carlos Nelson Coutinho nasceu em Itabuna, Bahia, em 1943, filho de Nathan Coutinho do Rosário e Elza de Souza Coutinho. Seu pai, um político de destaque na Bahia, foi deputado estadual de 1947 a 1959, tendo se filiado à União Democrática Nacional (UDN) (cf. O Estado de São Paulo, 1991). Foi na biblioteca de sua casa que Coutinho teve o primeiro contato com obras como “*O Manifesto Comunista*” e “*Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*”. Em uma de suas reflexões, Coutinho afirmou que, apesar de “deputado udenista, embora não fosse um conservador; era uma pessoa progressista, mas que, por injunções da política baiana, era ligado à UDN” (Coutinho, [2000] 2012, p. 388). O ambiente político propiciado em sua casa juntamente com o contato com as obras da biblioteca de seu pai foram fundamentais para despertar o seu desejo de “fazer política”.

No início de 1961, ingressou na Faculdade de Direito, mas depois trocou seu curso pelo de filosofia. Acerca da sua formação declarou:

(...) não aprendi nada, ou aprendi muito pouco, na Faculdade de Filosofia da UFBA. Aprendi um pouquinho com o professor de História da Filosofia, Auto Castro, que era um marxista kantiano (...). Ele tinha uma certa informação em história, a disciplina da qual era catedrático; Auto começava com os gregos e chegava até Kant, mas, depois de Kant, mas, depois de Kant, não dava quase nada. (...) Então, não aprendi nada na Faculdade. Até diria que se tivesse aprendido, teria sido desinformado. (Coutinho idem, p. 390-391).

No mesmo ano em que entrou para Faculdade de Direito ingressou nas fileiras do Partido Comunista Brasileiro, com 18 anos publicou, na revista *Ângulos*, n. 17, o artigo intitulado “*Problemática atual da dialética*”, no qual cita Gramsci pela primeira vez e demonstra reconhecer fortemente o trabalho teórico de Caio Prado Jr. Foi através de um professor no terceiro ano do colegial, Paulo Farias, que conheceu Gramsci. “Paulo Farias era professor de História, marxista, filiado ao Partido, (...) ele foi a primeira pessoa que me falou sobre Gramsci” (cf. idem. p. 389).

O ambiente vivenciado no campus universitário era de intensa produção cultural, no qual diversas figuras do cenário artístico brasileiro, propunham ativamente

intervenções artísticas, como o caso da revista Mapa liderada por Glauber Rocha, conforme conta Risério:

este é (...) o tempo em que principia a luzir a constelação de Glauber Rocha, Waly Salomão, Caetano Veloso, Carlos Nelson Coutinho, Duda Machado, João Ubaldo Ribeiro, Rogério Duarte, Roberto Pinho, José Carlos Capinan, Gilberto Gil. Daí que se credite corretamente, na conta dessa estação de efervescência e entusiasmo, povoada por sonhos e projetos de transformação do país e do mundo, a origem última de sublevações que, como o Cinema Novo e a Tropicália, alteraram irreversivelmente a paisagem cultural de nossos alegres tristes tropiques. (Risério, 1995, p. 15).

Sendo assim, a incursão precoce no mundo político e o contato com a agitação cultural formaram o horizonte intelectual que Coutinho viria a trilhar. Após sua vivência no que foi a “modernização cultural baiana”, Coutinho muda-se para o Rio de Janeiro em 1965, onde passou a desempenhar uma militância política mais intensa devido ao golpe militar:

Coutinho mudou-se definitivamente em 1965, iniciando no Rio seu trabalho sistemático como tradutor – no qual sua produção foi bastante significativa, tendo atingido a marca de cerca de 70 livros traduzidos ao longo de décadas de atividade (mas o primeiro livro, este, havia sido traduzido ainda na Bahia, logo antes da vinda para o Rio: *Concepção dialética da história*, de Antonio Gramsci, volume publicado pela primeira vez em 1966). Quanto a isso, vale assinalar que, em diversas dessas traduções, exerceu também outras funções, como a redação de prefácios e apresentações e a seleção de textos, cuja leitura ajuda o pesquisador, hoje, a esquadrihar sua evolução intelectual – e que demonstram que, além de mero meio de vida, o ofício de tradutor foi para ele também uma ponte para se formar, permitindo-o estudar mais profundamente algumas das obras que traduzia (Neves, 2019, p. 97).

Além do trabalho como tradutor¹⁸, Carlos Nelson Coutinho se aproximou da crítica literária durante esse período. Como o próprio autor mencionou ao longo de sua vida, a virada para a análise literária ocorreu em um contexto de dinâmica organizacional do PCB, caracterizada pela “divisão intelectual do trabalho”, na qual os militantes não-dirigentes não abordavam questões políticas, que ficavam a cargo dos

¹⁸ De acordo com Netto (2012, p. 55): “No conjunto da atividade intelectual Carlos Nelson, sobreleva o seu trabalho como tradutor - foi como tradutor que, de fato, sobreviveu no Rio de Janeiro, entre finda da década de 1960. É de sua lavra a versão em português (a partir do francês, do castelhano, do italiano e do inglês) de mais de sessenta títulos de autores expressivos, entre os quais Raymond Aron, C. Lévi-Staruss, Noberto Bobbio, J. Habbermas, A. Heller, C. Castoradis, E. Morin, e de marxistas com Lucien Goldmann, Henri Lefebvre, Palmiro Togliatti, Pietro Ingrao, Luciano Gruppi, Adolfo Sánchez Vázquez e Hebrt Marcuse. Também Carlos Nelson, com o apoio de outros tradutores, respondeu pela versão em português, em 12 volumes, da importantíssima obra coletiva, organizada por Eric J. Hobsbawm, História do marxismo (Rio de Janeiro/Paz e Terra, 1980-189)”.

dirigentes. Desse modo, o impulsionamento à leitura de Lukács e Gramsci ocorreu em um momento de intensificação dessa “cisão” organizativa, marcada pela maior flexibilidade do partido em relação aos assuntos mais culturais, enquanto a linha interna do partido se tornava mais rígida e cautelosa devido à repressão imposta pela ditadura.

2.2 Sociedade e Cultura: o realismo nacional-popular da literatura de Lima Barreto e Graciliano Ramos na análise coutiniana

À luz das críticas ao pensamento marxista terceiro internacionalista, as teorias dos intelectuais György Lukács, Karl Korsch e Antonio Gramsci passaram a circular com maior densidade internacionalmente (Anderson, 1976), sobretudo entre os movimentos políticos de esquerda que intentavam enfrentar a tarefa de renovação do marxismo. De acordo com Massuia (cf. 2017, p. 18-19), foi a partir desse contexto que o debate sobre cultura e arte assumiu maior relevância entre os círculos transformadores, “pois sinaliza[va] a tentativa de romper com a tradição esquemática e empobrecedora da corrente oficial tanto da Segunda quanto da Terceira Internacional (...)”. No Brasil, as iniciativas de renovação atravessaram o PCB desde as discussões que desencadearam na *Declaração de Março* de 1958, a partir dessas mudanças ideo-políticas, criou-se uma abertura de concepções no interior do partido que “(...) não só atrai[u], como form[ou] uma ‘nova safra’ de intelectuais, que [tiveram] significativa incidência na vida cultural e política” (Segatto, [1995] 2005, p. 205) do país.

De fato, o espaço de relativa flexibilidade no interior do PCB, propiciou a inserção de novos pensadores marxistas na formação intelectual de seus militantes, a introdução das reflexões advindas das obras de Lukács¹⁹ e Gramsci apresentaram, não sem tensões e disputas, a possibilidade de desvencilhamento do dogmatismo experimentado na cultura dos partidos comunistas pelo uso “(...) quase exclusivo dos manuais soviéticos de ‘marxismo-leninismo’” (Coutinho, 2009, p. 12). Dessa forma, o alargamento do horizonte teórico-político incidiu na trajetória intelectual dos jovens

¹⁹ “A descoberta de György Lukács no Brasil, simultaneamente com a de Ernest Bloch, começou por Guerreiro Ramos em 1955 no Instituto Superior de Estudos Brasileiros no Rio de Janeiro, em conferência intitulada ‘A problemática da Realidade Brasileira’, reunida, com outros textos de Guerreiro Ramos, no livro *O Problema Nacional do Brasil*” (Chacon, 1992, p. 416).

comunistas Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, que, a posteriori, foram os responsáveis por recepcionar e difundir as ideias do chamado “marxismo ocidental”, cujas reflexões sobre a sociedade, arte e cultura passaram a ganhar maior terreno na perspectiva marxista. No entanto, segundo Massuia (2017, p. 20):

Cabe acrescentar que, naturalmente, a reflexão sobre a cultura e a arte sob perspectiva marxista não são propriamente inéditas. Autores do quilate de um Astrojildo Pereira – que sempre insistiu na genialidade e importância fundamental da obra machadiana – e Nelson Werneck Sodré, para ficar em dois exemplos, já vinham tratando essas questões, longe de serem negligenciadas.

Mas em geral, a problemática da cultura e da arte sob a ótica marxista passou a tomar centralidade entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, nesse momento o tratamento analítico não se circunscrevia às abordagens mais generalistas, nem se subtraía à conformação de um debate que implicava na “compreensão das ideias e do processo sócio-histórico brasileiro” (idem, p. 20) e sua correlação com a cultura. De tal modo que afloraram investigações cujo ponto de partida era a reflexão entre sociedade e cultura. Ainda de acordo com Massuia (2013, p. 24) “surgia no âmbito universitário, sobretudo ao redor da figura de Antonio Candido, uma corrente de interpretação literária crítica de grande relevo”. Tem-se assim, como resultado, o desenvolvimento de um amplo campo de pesquisa que propunha desvendar a formação estético-literária propriamente brasileira considerando sua interdependência com a sociedade e que toma proporções para além do circuito propriamente acadêmico.

À vista disto, a problemática surgida nesse contexto se ligou também à preocupação de formular uma renovação da cultura marxista pelos comunistas brasileiros (Frederico, 2012), que, ancorados no referencial teórico principalmente luckacsiano, forneciam sugestões categoriais e conceituais para lidar de modo distinto com as manifestações culturais brasileiras, suscitando uma posição cada vez mais demarcada com as implicações superestruturais. Nas palavras de Frederico (1995, p. 197): “o que há de específico na recepção [de Lukács no Brasil] é o contexto histórico-político em que se deu, bem como as utilizações de suas ideias para a formação de um projeto de política cultural desenvolvido por um grupo de intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro”. Essa constatação implica no reconhecimento da

tentativa de impor uma reorientação do marxismo brasileiro em relação à especificidade do desenvolvimento histórico-social brasileiro e sua atuação na conformação das dimensões estético-culturais.

A combinação de análise histórico-social e obras de artes destaca-se nas análises de Coutinho, em que “Lukács [passa a ser] uma presença orgânica: as suas categorias se exaurem em seus estudos, permitindo-lhe saturar de determinações a arte literária e suas leis estruturais” (Wellen; Carli, 2012, p. 121). A referência do intelectual húngaro corresponde ao período da produção mais “culturalista” do pensador baiano, em que se compreende um passo decisivo na sua renúncia ao dogmatismo do “marxismo-leninismo”, e de sua unívoca preocupação com a temática do humanismo, que dá a tônica do seu primeiro livro, não por acaso, intitulado “*Literatura e humanismo*”²⁰ (1967), essa obra revela-se decisiva sob vários ângulos.

Em primeiro lugar, através da crítica literária genuinamente lukacsiana derivou a mobilização conceitual do *realismo* e, por consequência, a sua oposição ao *antirrealismo*. Desse modo, pode-se dizer, que a questão da *mimesis*²¹ que retorna na reflexão de Lukács é assimilada por Coutinho, num lugar de preeminência, em que a obra literária nunca pode ser compreendida isoladamente, sendo preciso se referir à realidade do mundo social. Em segundo lugar, sob os aspectos aqui considerados, a crítica empreendida por Coutinho surgiu vinculada a dinâmica da formação social brasileira, de tal forma que as consequências da modernização conservadora se encontram conscientes na crítica às obras de Graciliano Ramos: “a obra romanesca de Graciliano Ramos abarca o inteiro processo de formação da sociedade brasileira contemporânea, em suas íntimas e essenciais determinações” (Coutinho, [1966/1967²²] 2011, p. 141).

²⁰ “Meu primeiro livro, de 67, chama-se *Literatura e humanismo* e é essencialmente de crítica literária. É um livro marcadamente influenciado por Lukács, como aliás o início da minha produção é certamente marcado mais por Lukács que por Gramsci. Hoje eu equilibro os dois, embora Gramsci tenha um peso maior”. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/2003/09/27.htm>. Acesso: 10 de jun. 2024.

²¹ “Aristóteles deu ao desenvolvimento da estética um impulso duradouramente salutar, na medida em que, por um lado, colocou no centro da estética o reflexo da realidade objetiva e não o reflexo das ideias, como no neoplatonismo; por outro lado, porém, e ao mesmo tempo, este reflexo foi por ele energeticamente diferenciado da cópia puramente mecânica da realidade. É seu imperecível mérito o fato de ter formulado claramente, pela primeira vez a generalização específica que ocorre na reprodução poética da realidade”. (Lukács, [1957] 2018, p. 124-125).

²² Esse ensaio foi primeiro publicado na *Revista Civilização Brasileira*, em 1966. E, posteriormente, reproduzido no livro *Literatura e humanismo. Ensaio de uma crítica marxista*, em 1967.

Desse modo, a análise coutiniana busca na obra literária as representações das formas exteriores, variante da totalidade da vida sociopolítica, a “autoconsciência da humanidade”, isto é, as condições sócio-históricas concretas. Nesse sentido, Coutinho, ao se referir a literatura brasileira, passou a utilizar o conceito de *via prussiana* atrelado ao *realismo* da estética marxista lukacsiana, almejando reconhecer, dentro do trabalho literário, a concatenação dos processos societários que desencadeiam na cisão entre “povo e nação, [tornando-se] assim particularmente difícil o surgimento de uma autêntica consciência democrático-popular” (Coutinho, [1972] 2011, p. 91). O conceito *via prussiana* aparece na teoria coutiniana pela primeira vez em seu ensaio crítico intitulado “*O significado de Lima Barreto em nossa literatura*” (1974)²³, nesse momento, o termo surge sem estar atrelado ao conceito de revolução passiva²⁴. É apenas em versões posteriores que tal conceito surge como complemento da “*via prussiana*”:

O caminho do povo brasileiro para o progresso social – um caminho lento e irregular – ocorreu sempre no quadro de uma conciliação com o atraso, seguindo aquilo que Lenin chamou de “*via prussiana*” e Gramsci designou como “*revolução passiva*”. Em vez das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos de massa, como é característico da “*via francesa*”, a alteração social se fez aqui mediante conciliações entre o novo e o velho; ou seja, se consideramos o plano imediatamente político, mediante um reformismo “*pelo alto*”, que excluiu inteiramente a participação popular. Como consequência desse “*modelo*” de evolução, difunde-se a impressão de que a mudança social assemelha-se a um “*destino fatal*”, inteiramente independente da ação humana; e, como contrapartida desse fatalismo, ganha força em outras áreas a suposição – igualmente equivocada – de que aquela mudança resulta tão somente da ação singular de indivíduos excepcionais (Coutinho, [1974] 2011, p. 90-91).

²³ Esse ensaio faz parte do livro “*Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*” (1974).

²⁴ O uso dos conceitos gramscianos num período próximo pode ser encontrado nas análises de Luiz Werneck Vianna, de acordo com o relato que escreve em “*A revolução passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*” (1997): “retomar a década de [19]30 [também analisada em (1976)], no momento em que se impõe a estrutura burocrático-autoritária sobre o sindicalismo brasileiro, em pleno auge da ditadura militar dos anos [19]70, importava, desde longo, ter como evidentes os elementos de continuidade entre aqueles dois ciclos autoritários, quer pela preservação do corporativismo sindical, quer pelo regime repressivo às liberdades públicas quer, ainda, pela opção de ambos de conduzir a expansão capitalista a partir do Estado, mediante a mobilização da violência política (...). Não havia mais o que buscar num revolução burguesa, na expectativa de que, em nome do moderno e do desenvolvimento das forças produtivas materiais, se chegasse a uma ruptura com o “atraso” e o arcaico – a revolução burguesa já seguia, há tempos, o seu curso (...). Não era outro o argumento desenvolvido pelo Gramsci dos Quaderni, cuja análise estabelecia uma linha de continuidade entre o *Risorgimento* e a emergência do fascismo na Itália, forma política de imposição autoritária do americanismo naquele país” (Vianna, [1997] 2004, p. 39-40). Marco Aurélio Nogueira é outro intelectual que mobilizou os conceitos gramscianos em suas análises, ver “*Joaquim Nabuco e as desventuras do liberalismo no Brasil*” (1976).

Ver ainda outra inserção posterior do conceito gramsciano:

Essa problemática pode ser resumida na ideia de que o processo de modernização econômico-social no Brasil seguiu uma “via prussiana” (Lênin) ou uma “revolução passiva” (Gramsci). Recordemos as características centrais do fenômeno: as transformações ocorridas em nossa história não resultaram de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo para cima, envolvendo o conjunto da população, mas se processaram sempre através de uma conciliação entre os representantes dos grupos opositores economicamente dominantes, conciliação que se expressa sob a figura política de reformas “pelo alto” (Coutinho, [1979] 2011, p. 45).

É possível asseverar que, no anos finais da década de 1970, Coutinho já conhecia o conceito de revolução passiva formulado por Gramsci e aventava a possibilidade de sua aplicabilidade para compreensão do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Entretanto, Neves (cf. 2019), em seu excelente estudo sobre o autor, levanta o questionamento do por que apenas na década de 1990 o termo passa ser introduzido de modo a complementar um ao outro. Sua hipótese é de que “Coutinho [nessa época] ainda não estivesse seguro da possibilidade de intercâmbio entre os conceitos de via prussiana e revolução passiva, possivelmente devido a suas origens relacionadas a processos históricos diversos” (idem, p. 250).

Todavia, é importante lembrar que a apreensão do conceito de “via prussiana” por Coutinho passa pela leitura lukacsiana, sobretudo pela forma como o intelectual húngaro o maneja em “*A destruição da razão*” ([1953] 2020) e nas suas análises literárias. Essa mobilização, de forma prática, viabilizou seu emprego na compreensão crítica da produção cultural brasileira; portanto, o autor perpassa a concepção de Lênin de modo mais flexível pela influência da teorização de Lukács. Isso quer dizer que a “via prussiana” tornava-se um conceito maleável tanto para o campo econômico (infraestrutural) quanto no campo da superestrutura. Mais adiante, o intelectual constatou que “o conceito lukacsiano de ‘via prussiana’ é essencialmente análogo ao conceito gramsciano de ‘revolução passiva’ (...) com a qual Gramsci pretende sintetizar a ausência de participação popular (...)” (Coutinho, [1979] 2011, p. 46). Em síntese, o ritmo da apreensão da teoria gramsciana por Coutinho, no decorrer de sua trajetória, revela o enquadramento mais culturalista. Não é por acaso que, com certa frequência, a “via prussiana” surge de modo à complementar a “revolução passiva”.

No meio dessa caracterização ressoam temáticas que serão melhor desenvolvidas pelo autor ao longo de sua trajetória, como o próprio conceito de revolução passiva, que passou a ser largamente utilizada em sua teoria após o exílio na Europa (cf. Aliaga e Areco, 2023, p. 14), juntamente com a problemática da restrição da participação popular nas decisões políticas e a questão dos intelectuais. Porquanto, nesse período “culturalista”, a descrição da sociedade “semicolonial, penetrada por elementos capitalistas” (Coutinho [1964] 2011, p. 147), fornece os elementos pelos quais as obras literárias realistas devem refletir, antes de mais nada, é aqui que se encontra a qualidade dos escritos de Lima Barreto e Graciliano Ramos, uma vez que neles, o mundo vivo invade a substância do mundo ficcional.

Antes de tudo, é preciso repetir algo bem conhecido: a verdade poética, que eleva os eventos ao nível da universalidade concreta, do símbolo evocador da autoconsciência humana, não se identifica mecanicamente com a verdade historiográfica. Como já Aristóteles observara, não interessa ao artista o que efetivamente ocorreu, a singularidade em sua nudez factual; interessa-lhe sobretudo o que poderia – e em certas condições, até mesmo deveria – ter ocorrido. (...) Assim, quando um fato histórico aparece em uma obra de arte, o que interessa não é saber se os seus detalhes estão fielmente reproduzidos, mas sim até que ponto o artista representou corretamente a relação entre o fato histórico (entendido em sua dimensão essencial, universal e concreta) e o desenvolvimento do gênero humano (da classe, da nação etc., através das quais esse gênero se concretiza historicamente) (idem, p. 129-130).

Coutinho apresenta, de maneira bastante próxima a Lukács, “o realismo como categoria central da crítica marxista; essa categoria fornece ao crítico os meios para avaliar as obras individuais em contraposição ao movimento processual da realidade objetiva” (Massuia, 2013, p. 123). Desse modo, de acordo com o nosso autor, a obra verdadeiramente autêntica é aquela que fornece “um conhecimento verdadeiro das relações humanas essenciais e significativas” (Coutinho, 1967, p. 107). Desse modo, a posição do crítico marxista é, nesse sentido – apropriando-nos e contorcendo uma frase proferida por Goethe²⁵ –, a “de perder a busca pela subjetividade, mas procurar encontrar um mundo”. É seguindo a determinação lukacsiana que o teórico baiano avaliou o trabalho do escritor carioca Lima Barreto, considerando-o como uma “vitória do realismo” brasileiro, em razão de que no país não se constituiu uma tradição

²⁵ Em *O romance de formação* (2020), Franco Moretti relembra a frase que Goethe formulou acerca de uma viagem à Itália: “Perdi minha subjetividade, mas encontrei um mundo” (Moretti, 2020, epub).

verdadeiramente realista, apenas observamos lampejos desse tipo de literatura, a exemplo das obras de autores como Castro Alves (embora o realismo surja de modo limitado nos seus escritos, segundo Coutinho (cf. [1972] 2011, p.20), Manuel Antônio de Almeida e Machado de Assis²⁶. Evidentemente, a explicação para a ausência de obras realistas se dá em razão do modelo prussiano de transformação capitalista seguido pelo país, desse modo, a aparição de estilos literários antirrealistas manifestou-se e predominaram “ao longo de toda nossa história cultural” (Coutinho, [1972] 2011, p. 92).

Ao considerar estes aspectos, que concernem à interpretação das linhas gerais do desenvolvimento capitalista, é fundamental ter em mente a seguinte formulação marxiana:

A “sociedade atual” é a sociedade capitalista, que, em todos os países civilizados, existe mais ou menos livre dos elementos medievais, mais ou menos modificada pelo desenvolvimento histórico de cada país, mais ou menos desenvolvida. O “Estado atual”, ao contrário, muda juntamente com os limites territoriais do país. No Império prussiano-alemão, o Estado é diferente daquele da Suíça; na Inglaterra, ele é diferente daquele dos Estados Unidos. “O Estado atual é uma ficção”. No entanto, os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, apesar de suas variadas configurações, têm em comum o fato de estarem assentados sobre o solo da moderna sociedade burguesa, mais ou menos desenvolvida em termos capitalistas. É o que confere a eles certas características comuns essenciais (Marx, [1875] 2012, p. 42).

Nesse trecho, decompõe-se dois aspectos que merecem atenção: o primeiro se estabelece no reconhecimento de que as sociedades vivem sob o modo de produção capitalista, sendo assim, países diversos – linguística, política, econômica, cultural e historicamente – possuem características de desenvolvimento em comum; o segundo é que esse desenvolvimento não ocorre de maneira fixa e uníssona. Ao contrário, a forma como o processo de transformação ocorre implica na configuração de Estado no interior de cada país, isto significa que, enquanto uma forma “ficcional”, sua estrutura guarda particularidades mesmo sendo ordenada por um conteúdo

²⁶ “[A] rápida alusão às obras de Manuel Antônio de Almeida e de Machado de Assis, os dois maiores exemplos de vitória do realismo na arte narrativa brasileira do século XIX, tem um objetivo preciso: indicar o fato de que não existe entre os dois romancistas nenhuma continuidade orgânica, que os seus meios estilísticos e os seus recursos ideológicos – embora se orientem em ambos os casos para o realismo e para o humanismo – são basicamente diversos. Em outras palavras: o modo pelo qual cada um deles alcança a vitória do realismo aparece como um fenômeno singular e irrepetível, carente de qualquer exemplaridade” (Coutinho, [1974] 2011, p. 98).

universal. Não é possível falar, pois, numa uniformidade das sociedades capitalistas, sendo assim, as formas encontradas nos países coloniais e subdesenvolvidos revela, sem dúvida, as distintas facetas pelas quais a dominação burguesa se fundamenta. Nas palavras de Coutinho, o processo no Brasil se deu:

(...) sem rupturas com a economia pré-capitalista e dependente, não apresentava as mesmas características revolucionárias que tivera na Europa Ocidental: em vez de contribuir para romper as paredes daquele “pequeno mundo”, mais ainda as fortalecia, colaborando para transformar o isolamento e a solidão passivos em individualismo ativo e prático. Impossibilitada de realizar a sua revolução democrática, a nossa burguesia jamais chegou a atentar a criação do *citoyen* (do homem que sintetiza em si a vida pública e a vida privada) ou da comunidade humana autêntica (na qual os interesses individuais e os interesses coletivos formam uma totalidade orgânica). /.../ No Brasil, bem como na quase generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas – mesmo utópicas – de realizar na prática o ideal do “cidadão” e da comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorrido no século passado ou no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular (Coutinho, [1972] 2011, p. 143-144).

Dentro dessa “negação” segregadora e isolante da participação do povo, manifesta-se o quadro histórico que se percorre ao “adotar” a via prussiana, em razão de que tal caminho: “(...) implica el mantemiento al máximo de la sujeción y de la servidumbre (transformada al modo burgués), el desarrollo menos rápido de las fuerzas productivas y um desarrollo retardado del capitalismo; implica calamidades y sufrimientos, explotación y opresión (...) (Lênin, [1907] 1977, p. 246)²⁷. Não existem brechas para conformação das ilusões humanistas, como afirma Coutinho, desse modo, o estatuto de cidadão é relegado apenas àqueles pertencentes à classe dominante, não há escrúpulos nenhum sustentar que o interesse da nação é meramente o interesse das elites, impossibilitando que qualquer lastro democrático apareça. Essas observações se alinham também com a constatação da radical separação entre os intelectuais e o povo, evidenciando o permanente “intimismo à sombra do poder”²⁸ (cf. Coutinho, [1972] 2011). Em suma, a utilização do conceito de

²⁷ Tradução: “(...) implica a manutenção ao máximo da sujeição e da servidão (transformada ao modo burguês), o desenvolvimento menos rápido das forças produtivas e um desenvolvimento retardado do capitalismo; implica calamidades e sofrimentos, exploração e opressão (...)” (Lênin, [1907] 1977, p. 246).

²⁸ “É nesse clima que surge o que tenho chamado (usando um termo de Thomas Mann recolhido por Lukács) de ‘intimismo à sombra do poder’. O intelectual cooptado não tem necessariamente de ser

“intimismo” suscitado pelo marxista se refere aos intelectuais se encastelam em sua “torre de marfim” (cf. idem) – independentemente de sua cooptação, associação ou sua suposta neutralidade em relação ao regime social estabelecido – na qual a passividade em relação aos problemas povo-nação são resguardadas pela encarnação do *status quo*. Tal situação é perceptível nas criações artísticas brasileiras por serem a representação da constelação ideológica da dominação burguesa.

O motivo pelo qual a obra de Lima Barreto é apreciada na crítica de Coutinho, se deve à constatação de que o “romancista carioca rompe decisivamente com qualquer versão do “intimismo à sombra do poder”. Dessa forma, nos parece que percepção coutiniana – servindo-nos das palavras de Auerbach tiradas de contexto – da literatura barretiana é sentida na atitude de quem pretende “dar conta de sua vida real e de seu lugar na sociedade”, sendo assim, “obrigado a fazê-lo sobre uma base prática muito mais ampla (...), [estando] ciente de que o solo social em que se pisa não se mantém em repouso um só instante, pois se modifica sem parar em razão de incontáveis abalos (Auerbach, [1946] 2021, p. 491). A realidade da vida social que germina em Policarpo Quaresma, segundo Coutinho (cf. [1972] 2011, p. 121-122), apresenta o microcosmo da sociedade brasileira, embebida dos traços do “modelo prussiano”, e, sob tais condições produz um estilo marcadamente irônico, servindo-se da bizarrice como elemento que denota a “insensatez humana da [via] seguida pelo povo brasileiro” (cf. idem, p. 128).

Já na obra “São Bernardo” de Graciliano Ramos, é o “herói problemático” que comunica a complexa acomodação entre os elementos do mundo “pré-capitalista” e os “valores capitalistas. O caráter fundamental da obra está em captar a transformação do “*homo economicus*”. “Nota-se que Graciliano, ao contrário dos naturalistas, não nos apresenta um burguês acabado, estático e definido de uma vez por todas” (Coutinho [1964] 2011, p. 156). O “demonismo” de Paulo Honório constitui-se na sua busca violenta dos seus interesses capitalistas, em que não existe nenhum princípio humanizador, “ligado organicamente à mesquinhez da sociedade pré-capitalista” (idem, p. 158).

um apologeta direto do regime social que o mantém e do Estado ao qual está ligado. Ele pode, em sua criação cultural ou artística, cultivar sua própria intimidade, ou seja, dar expressão a ideologias ou estilos estéticos que lhe pareçam os mais adequados à sua subjetividade criadora” (Coutinho, [1972] 2011, p. 21).

O desenvolvimento capitalista exposto através da construção do aburguesamento de Honório revela também o esgotamento de qualquer possibilidade de uma via de renovação radical, isto é, a possibilidade de uma “autêntica revolução democrática” no Brasil foi superada pela formação de uma sociedade que afastava “o povo de qualquer participação criadora em nossa história” (idem, p. 142-143). Essa interpretação coutiniana se aproxima, guardada as devidas proporções, com a interpretação de Florestan Fernandes acerca do tipo de revolução burguesa atravessada pela classe dominante brasileira, que optou por uma modernização sem ruptura com as estruturas arcaicas, promovendo uma transformação “limitada [e] segmentada em todos os níveis da organização da economia, da sociedade e da cultura, ou seja, o subdesenvolvimento paralelo em todas as esferas da vida” (Fernandes, [1971] 1975, p. 64). A consequência desse “subdesenvolvimento total” reverberou-se pelo tolhimento de uma “ordem social competitiva”, desse modo, as camadas subalternas permaneceram dentro de um “circuito fechado”. De acordo com Fernandes esse modelo se estrutura da seguinte forma (idem, p. 45):

É preciso colocar em seu lugar o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina, o qual lança suas raízes na crise do antigo sistema colonial e extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado capitalista. Esse modelo reproduz as formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo moderno (aos níveis de circulação das mercadorias e da organização da produção). Mas, possui um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes). Em termos abstratos, as aparências são de que estes setores sofrem a espoliação que se monta de fora para dentro, vendo-se compelidos a dividir o excedente econômico com os agentes que operam a partir das economias centrais. De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes econômicos privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas.

Considerando esses aspectos, a modernização conservadora sedimenta a dependência e a restrição da atuação política, que é o cerne da preocupação política de Coutinho e permanecerá presente durante toda a construção de sua orientação

política, sem nunca ser abandonada. Por vezes, a "imagem do Brasil" suscitada em sua obra advém da referência aos textos sobre literatura. No quadro da análise do romance de Graciliano retoma a precisão da "representação" do mundo social na forma *mentis* da personagem, cujo enlace está na impossibilidade da autenticidade pelo egoísmo gestado pelo mundo burguês. A estrutura desse romance manifesta o que

(...) Lukács definiu [como] a estrutura deste novo gênero épico, surgido com o advento da burguesia e do capitalismo, como uma pesquisa de valores autênticos em um mundo convencional e vazio, por parte de heróis problemáticos; ou, numa linguagem histórico-concreta, como uma luta pela realização individual num mundo burguês, no qual inexistia a comunidade humana o homem está condenado à alienação e à solidão. Lukács nos informa ainda que esta busca de valores é sempre voltada ao fracasso enquanto inexistir a comunidade humana autêntica (ou seja, o socialismo ou a luta pela sua criação), já que a realização humana individual só é possível em uma sociedade comunitária na qual, como diriam Marx e Engels, "o livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos" (está em jogo, naturalmente, a verdadeira realização individual - que implica o homem total, harmonicamente desenvolvido, não alienado -, e não a falsa "realização" burguesa, que consiste numa autoflagelação e autolimitações consentidas). Goldmann observou argutamente a existência de uma homologia entre a forma capitalista, bem como entre a evolução desta forma e a evolução do capitalismo (Coutinho [1964] 2011, p. 146).

No meio do caminho entre realização burguesa e alienação, colocam-se em vista a inautenticidade de torna-se um "homem total", os propósitos econômicos de Honório o relega a uma vida de solidão, sofrimento e abandono.

Nesse momento, a reflexão coutiniana culturalista coincidia com uma "divisão do trabalho entre os intelectuais do PCB – que, de fato, gozavam de inteira liberdade de criação e expressão, superados desde 1956-1958 os constrangimentos da hipoteca stalinista –, operar exclusivamente na frente cultural" (NETTO, 2012, p. 63). Coutinho indicou que no PCB existia uma divisão, na qual ele ficou concentrado nas preocupações culturais, enquanto a política era desenvolvida pelo núcleo central do partido.

Foi a partir dos anos 1970 que a produção de Coutinho enveredou mais concisamente para a área da política, mesmo tendo alguns escritos anteriores. Suas reflexões visavam compreender as especificidades da realidade nacional. Nesse momento, Gramsci se tornou sua principal referência, destacando-se a utilização dos

conceitos de revolução passiva, sociedade civil, hegemonia e guerra de posição ou movimento. A caracterização que o marxista italiano realizou sobre a especificidade das sociedades ocidentais e orientais foi fundamental no pensamento coutiniano, em razão da compreensão de que o Brasil passou por um processo de ampliação da sociedade civil, sendo assim, o Estado não se constituía mais como o "todo".

2.3 Tradutor e difusor da democracia como valor universal no Brasil

O ofício de tradutor acompanhou a trajetória de Carlos Nelson Coutinho desde muito cedo. Aos 22 anos, ainda morando na Bahia, ele traduziu para o português o texto *Il Materialismo Storico e la filosofia di B. Croce* (1948), um dos volumes dos *Cadernos do Cárcere* de A. Gramsci, a partir da edição organizada por Palmiro Togliatti, intitulado, por sugestão do editor Ênio Silveira, como *Concepção dialética da história* (1966). Numa entrevista Coutinho (2012 [2000], p. 392) afirma: “(...) demorei muito para reconhecer que era tradutor, porque sempre achava que estava fazendo um bico. Em dado momento, percebi que o volume de minhas traduções era uma coisa certamente significativa”. Sua dedicação ao trabalho como tradutor consolidou-se em 1965, quando passou a residir no Rio de Janeiro (idem). Ao longo de sua vida, traduziu mais de setenta livros²⁹, o que significa que seu empenho como intelectual se soma ao de difusor de obras, uma vez que, por meio de suas traduções pioneiras, o público brasileiro passou a conhecer as obras de Antonio Gramsci e György Lukács.

Juntamente com Leandro Konder, Coutinho traduziu e organizou os volumes *Introdução a uma estética marxista* e *Marxismo e Literatura* ambos lançados em 1968. Ele também traduziu individualmente *Realismo crítico hoje* (1969) e dois capítulos da *Ontologia* de Lukács, ambos publicados em 1979 pela Editora Ciências Humanas. Além disso, organizou e traduziu três ensaios de Lukács: *O jovem Marx e outros escritos e filosofia* (2007), *Socialismo e democratização* (2008) e *Arte e Sociedade* (2009) (cf. Netto, 2012, p. 56). De Gramsci, traduziu o já citado *Concepção dialética da história* (1966) e *Os intelectuais e a organização da cultura* (1968), organizou e traduziu *Literatura e vida nacional* (1968) (idem, p. 56-57). Em colaboração com Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques, coube a Coutinho desenvolver uma segunda operação Gramsci” – a organização e tradução dos seis volumes dos *Cadernos do Cárcere* entre os anos 1999-2002, e dos dois volumes das *Cartas do Cárcere* (2005), além de traduzir e organizar os artigos que compõem os *Escritos Políticos*, coletânea de artigos pré-carcerários, em dois volumes, publicados em 2004. A vultuosidade das traduções centradas nos dois intelectuais confirma a influência que esses teóricos têm na obra coutiniana. De acordo com Netto (cf. 2012,

²⁹ Além de A. Gramsci e G. Lukács, figuram autores como: Lévi-Strauss, Norberto Bobbio, LucienGoldmann, Palmiro Togliatti, Pietro Ingrao, Luciano Gruppi, entre outros (cf. Netto, 2012, p. 55).

p. 57) a tradução de Gramsci e Lukács serviu para alimentar a produção intelectual de Coutinho, que formulou categorias balizadas nos dois teóricos para compreender as especificidades do Brasil. Sendo assim, sua produção cumpriu uma importante função na recepção-difusão do pensamento de Lukács e, principalmente, de Gramsci. Nas palavras de Coutinho, o comunista sardo era praticamente desconhecido no paísantes da década de 1960:

Antonio Gramsci chegou ao Brasil no início dos anos 1960. As poucas referências ao seu martírio e à sua condição de fundador do Partido Comunista Italiano, presentes em publicações comunistas ou de esquerda nos anos 1930 e logo após a Segunda Guerra Mundial, apenas confirma o fato de que, antes dos anos 1960, ninguém conhecia efetivamente o seu pensamento em nosso país. Isso não é de surpreender se recordarmos que o marxismo brasileiro (...) tinha como principais fontes “teóricas” os manuais soviéticos de “marxismo-leninismo” (um hábil pseudônimo de stalinismo). Contudo, pode-se constatar que até mesmo personalidades de exceção, que buscaram conhecer diretamente os “clássicos” e que faziam referência a autores “heterodoxos” como Henri Lefebvre e Georg Lukács, parecem jamais ter ouvido falar em Gramsci (...) (Coutinho, 2007, p. 153).

No Brasil, a recepção de Gramsci ocorreu de maneira mais lenta em comparação com o caso da Argentina, que já na década de 1950 dispunha de uma tradução das *Cartas do Cárcere* sob responsabilidade do argentino Hector Agosti – em espanhol, *Cartas desde la cárcel* – e, durante os anos 1958-1962, foram publicados pela Editora Lautaro os livros que seguiam a separação temática proposta por Togliatti: *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*, *Los intelectuales*, *Literatura y vida nacional* e *Notas sobre Maquiavelo*. Posteriormente, publicou-se *Pasado y Presente* (1970) (cf. Coutinho 2019 [1999], p. 37). Segundo Secco (cf. 2000, p. 17)³⁰ as primeiras citações a Gramsci no país advinham dos setores trotskistas e antifascistas. Foi no jornal *O Homem Livre* (1933) que se fez a primeira menção significativa ao italiano, noticiando-o como vítima do fascismo de Mussolini. A imagem de Gramsci como mártir da resistência contra o fascismo ficou cristalizada durante muitos anos, sendo assim, ficou reconhecido predominantemente como símbolo antifascista.

³⁰ Neste artigo, Secco realiza uma análise mais aprofundada sobre a recepção de Gramsci no Brasil entre os anos 1927-1974, demonstrando que, antes mesmo da década de 1960, houve autores que citaram Gramsci. Isso significa que houve uma exceção de autores que citaram o comunista sardo e que não serão abordadas no presente trabalho.

Foi aos 18 anos, através da edição argentina de *El Materialismo Histórico y la filosofía de Benedetto Croce*, que Coutinho teve contato com a obra do marxista sardo. Antes disso, já tinha ouvido falar em Gramsci quando estava no terceiro ano do colegial através do professor Paulo Faria, que indicou a leitura do autor (cf. Coutinho, 2012 [2000], p. 389). Leitura da qual nunca se afastou, mas aprofundou a ponto de se tornar um dos maiores especialistas dos estudos gramscianos, reconhecido internacionalmente. Prova disso é que em 2011 foi nomeado como vice-presidente da *Internacional Gramsci Society* (IGS) (cf. Netto, 2012, p. 57). Seu empenho em traduzir Gramsci iniciou-se no final dos anos 1960, por meio da Editora Civilização Brasileira (ECB), que era comandada pelo editor Ênio Silveira.

Sob a direção da ECB, ao longo da década de 1950, Ênio Silveira estabeleceu mudanças fundamentais para popularização e divulgação de livros no país. Além disso, sua editora foi responsável pela maior abertura para publicação de intelectuais do campo marxista, dos quais uma parcela integrava o PCB. Contudo, sua editora ficou reconhecida no mercado por ter uma linha editorial “(...) de esquerda, não exclusivamente, ortodoxamente de esquerda, mas sobretudo e ortodoxamente uma linha não partidária” (Silveira, 1992, p. 40 *apud* Rosa, 2011, p. 48). Segundo Rosa (cf. 2011), a ECB foi responsável por introduzir uma leva de intelectuais com novas interpretações no campo marxista, tais como Antonio Gramsci e György Lukács.

O empenho de Ênio Silveira para publicação de Gramsci foi registrado por Coutinho (cf. 2019 [1999], p. 33-36) na introdução da edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere*, contando com as negociações feitas pelo editor com Franco Ferri – diretor do Instituto Gramsci (IG), na época – para ter os direitos de tradução da obra de Gramsci. Apesar de as negociações terem ocorrido antes do golpe militar, as tiragens dos livros de Gramsci foram lançadas durante a ditadura civil-militar e foram um fracasso de vendas. De acordo com Coutinho (idem, p. 36), “várias razões – entre as quais a radicalização da ditadura militar depois do Ato Institucional nº 5 – motivaram o fracasso inicial dessa corajosa iniciativa editorial. Os primeiros volumes foram vendidos em estantes a preço de banana”. Entretanto, é preciso reconhecer que esta iniciativa possibilitou o contato com quatro dos seis volumes retirados da edição temática togliattiana: *Concepção dialética da história; Os intelectuais e a organização da cultura; Maquiavel, a política e o Estado moderno; e uma organização de Literatura e vida nacional*. Além disso, foi publicada também uma antologia das Cartas do Cárcere (cf. idem, p. 36).

Disso resulta que, malgrado o fracasso comercial nos anos iniciais à publicação, o pensamento de Gramsci fixou terreno no país, tornando-se um dos intelectuais marxistas mais conhecidos e disseminados. Começou a ser mais debatido fora dos circuitos acadêmicos e, posteriormente, passou a integrar os círculos universitários como objeto de estudo. Coutinho (idem, p. 37) afirma que já na segunda metade de 1970, as edições empreendidas por Ênio foram republicadas, e mesmo que “(...) no final dos anos 1960, [tenha sido] um fracasso comercial e político revelou-se, ao contrário, uma das iniciativas editoriais mais bem-sucedidas no campo do pensamento social em nosso país: graças a essa velha edição, Gramsci tornou-se um dos pensadores estrangeiros mais influentes na vida cultural brasileira”.

Retornando à discussão sobre a tradução de Gramsci, os livros traduzidos vieram da divisão temática proposta por Togliatti, que suprimiu críticas que o sardo teceu em relação a Stalin, conformando uma compatibilidade entre ambos. De acordo com Togliatti a obra de Gramsci precisaria passar por uma revisão: “sem esse tratamento, o material [os cadernos] não pode ser utilizado, e, aliás, algumas partes do mesmo, se forem utilizadas na forma em que se encontram atualmente, poderiam ser não úteis ao partido. Por isso, penso que esse material deva permanecer em nosso arquivo para aqui ser elaborado” (Vacca, 1999, p. 130-131 apud Coutinho, [2012] 2019, p. 22). Dito isto, a tradução brasileira publicada entre 1966-1968, conservou as mesmas deformações da primeira da edição temática publicada na Itália³¹. E, como comentado, as reedições empreendidas pela ECB na metade dos anos 1970 não sofreram nenhuma mudança, embora na Itália a edição crítica de Valentino Gerratana – reconhecida pelo trabalho de apresentar com maior fidelidade as notas escritas por Gramsci – já tenha sido publicada.

É apenas no projeto da edição dos volumes dos *Cadernos do Cárcere* (1999-2006) que a apresentação dos escritos de Gramsci foi alterada, uma vez que os editores absorveram alguns apontamentos da edição de Gerratana e da ordem cronológica realizada por Gianni Francioni. Segundo Semeraro (2012, p. 102), Coutinho seguiu um caminho original “ao combinar os critérios de agrupamento por assuntos utilizados pela ‘edição temática’ (aos cuidados de Palmiro Togliatti e Felice Pantone), a reconstrução filológica que consta nos textos B e C da ‘edição crítica’

³¹ Edmundo Dias (cf., 1996, p. 111), traz a seguinte observação: “um ‘detalhe interessante refere-se às Cartas do Cárcere que foram publicadas em 1966, a partir da primeira edição italiana ‘expurgada’, apesar de que já em 1965 havia saído uma edição ampliada e sem as mutilações. Por que? Pra quê? Insisto: já num clima de desestalinização”.

(organizada por Valentino Gerratana)” ademais, introduziu “algumas sugestões da cronologia estabelecida por Gianni Francioni, que se baseia na divisão fundamental entre ‘cadernos miscelâneos’ e ‘cadernos especiais’, sinalizada pelo próprio Gramsci”. Portanto, temos, mesmo que com suas limitações, uma edição que possibilita visualizar com mais cuidado o desenvolvimento do pensamento de Gramsci através de seus escritos, lembrando que se trata de uma obra inacabada, que não passou pelo critério editorial do seu criador.

À vista disto, faz-se necessário abordar as condições sociais da circulação internacional das ideias³², uma vez que a “importação” – recepção – das ideias traz consigo a problemática do contexto de origem (cf. Bourdieu, [1989] 2002). Essa questão levantada pelo autor francês é determinante para compreensão da forma como escritores/as estrangeiros/as são introduzidos/as em nacionalidades distintas, “(...) o sentido e a função de uma obra estrangeira é determinado (sic) tanto ou mais pelo campo de chegada quanto pelo campo de origem” (idem, p. 4). Nos interessa, neste caso, pensar sobre a recepção de Gramsci realizada no Brasil, buscando analisar como o intelectual italiano foi apresentado por intermédio de Carlos Nelson Coutinho. De acordo com Bourdieu (cf. idem p. 4), o trabalho de importação move uma série de operações sociais, tais como:

uma operação de seleção (o que se traduz? o que se publica? quem traduz? quem publica?); uma operação de marcação (...) pela editora (...); uma operação de leitura, (...) como os leitores aplicando à obra categorias de percepção e problemáticas que são produto de um campo de produção diferente.

Além de considerar o tratamento operacional que uma teoria recebe no processo de transferência, é preciso levar em conta os mecanismos subjetivos que também cercam o processo de recepção. Ou seja, questionar o interesse dos sujeitos na produção pode revelar os usos que aquela teoria pode sofrer, bem como demonstrar a construção do modo como uma teoria passa a ser interpretada/reconhecida no ambiente de importação. Sendo assim, “é preciso portanto se perguntar qual a lógica das escolhas que fazem determinada editora ou determinado autor escolher a si próprio para se tornar importador deste ou daquele pensamento” (idem, p. 4).

³² Esse tema foi apresentado por Bourdieu em 1989, em uma conferência realizada na Universidade de Freiburg, Alemanha.

No caso de Coutinho, retornando à sua biografia, desde a juventude seu contato com as obras de Gramsci foi essencial em sua trajetória até tornar-se o tradutor de suas obras. Mas, mais fundamental é notar que começou a utilizar conceitos gramscianos já em seus primeiros escritos teóricos. Não obstante, sua formação lhe conferiu uma posição considerada mais heterodoxa do que a cultura predominante no campo comunista brasileiro. Após a leitura da *História de Consciência de Classe* de Lukács, passou a assimilar uma ortodoxia marxista “aberta” (cf. Neves, 2019). Isso significa, que apesar de mesmo integrando o PCB desde 1961, escapou de uma formação que considerava “dogmática”, realizada através dos manuais soviéticos, e, portanto, incorporou em sua reflexão autores considerados heterodoxos, como Sartre, Lukács, Gramsci e Togliatti.

Capítulo III – A tradução de Carlos Nelson Coutinho do socialismo democrático para o Brasil (1970-1980)

*Só a **práxis** humana pode indicar quais tenham sido, no conjunto das disposições de um caráter humano, as qualidades importantes e decisivas. Só o contato com a **práxis**, só a complexa concatenação das paixões e das variadas ações dos homens pode mostrar quais tenham sido as coisas, as instituições etc., que influíram de modo determinante sobre os destinos humanos, mostrando quando e como se exerceu tal influência.*

György Lukács

A origem da palavra “translation’ comes, etymologically, from Latin for ‘bearing across’. Having been borne across the word, we are translated men. It is normally supposed that something always gets lost in translation; I cling, obstinately, to the notion that something can also be gained³³(Rushdie, [1981-1991], 1991 p. 17). Acerca dessa definição sintética, queremos explicitar o movimento operativo que implica no “bearing across”; contudo, é necessário ir mais longe ainda. O processo de “conduzir além” aludido neste trabalho se manifesta como instância na qual se pode “apreender (...) nuevas matrices de acción y pensamiento en el proceso de negociación entre distintos contextos lingüísticos y culturales”³⁴ (Goés; Bianchi, 2023, p. 218). Portanto, o método da tradução, transcorre despojado dos propósitos meramente mecanicistas de simples reprodução ou cópia de ideias; ao contrário, nele contém complexos processos de difusão, emissão e recepção culturais (cf. idem, p. 221), nos quais estruturam o possível surgimento de uma diversidade práctico- intelectual. Aqui interessa-nos, sobretudo, apreender de que *modo* se “traduz”, isto é, analisar a problemática da apropriação/adaptação teórico-conceitual realizada nessa transmigração, reconhecendo que tal movimento é permeado por contradições, conflitos e desigualdades, sendo assim, “es necesario (...) tener en cuenta el contexto en el que ocurre y las relaciones de fuerza presente en él”³⁵ (idem, p. 224).

Com isto, chega-se à noção de tradutibilidade numa perspectiva gramsciana – conforme discutido na seção metodológica deste trabalho –, alinhada, em termos

³³ Tradução: “traduzir vem, etimologicamente, do latim “conduzir além”. Tendo sido conduzidos através da palavra, somos homens traduzidos. Normalmente se supõe que algo sempre se perde na tradução; agarro-me, obstinadamente, a noção de que algo também pode ser ganho” (Rushdie, [1981-1991] 1991, p. 17).

³⁴ Tradução: “apreender (...) novas matrizes de ação e pensamento no processo de negociação entre os distintos contextos lingüísticos e culturais” (Goés; Bianchi, 2023, p. 218).

³⁵ Tradução: “é necessário (...) ter em conta o contexto em que ocorre e as relações de força presentes nele” (idem, p. 224).

gerais, à posição de que o realce do procedimento de transição de conceitos, espacial ou temporalmente diferentes, se aprofunda (ou se concretiza) pelo tratamento atento ao contexto em dois níveis analíticos que se sobrepõem: 1º) reconhecer a historicidade em que tais ideias foram produzidas; 2º) considerar as singularidades nacionais de onde se recepiona. Uma vez que adotamos esses pontos de partida, tal como apresentados, a “distância existencial” (termo de Koselleck, citado por Góes; Bianchi, 2023, p. 223) que se interpõe entre as sociedades, *conduzem* o “tradutor” a mover-se em direção a uma apropriação que, de certa perspectiva, pode se desenvolver penetrando características que excedem o construto teórico original. Levando em consideração a circulação internacional das ideias Edward Said (1983, p. 226), através da metáfora de “viagens das teorias”, aponta para a indispensabilidade de encarar os tipos de “movimentos” realizados numa transferência cultural, uma vez que eles possuem consequências.

Like people and schools of criticism, ideas and theories travel – from person to person, from situation to situation, from one period to another. Cultural and intellectual life are usually nourished and often sustained by this circulation of ideas, and whether it takes the form of acknowledged or unconscious influence, creative borrowing, or wholesale appropriation, the movement of ideas and theories from one place to another is both a fact of life and a usefully enabling condition of intellectual activity. Having said that, however, one should go on to specify the kinds of movement that are possible, in order to ask whether by virtue of having moved from one place and time to another an idea or a theory gains or loses in strength, and whether a theory in one historical period and national culture becomes altogether different for another period or situation³⁶,

Poder-se-ia estender a discussão sobre o processo de tradução como método para outros enfoques, todavia, esta alusão ao assunto serve para abrir direção à hipótese proposta neste trabalho, qual seja: o conceito formulado por Coutinho de democracia guarda em si uma proposta de estratégia política distinta do marxismo-leninismo e também do liberalismo. Para isso, pretendemos investigar em que medida o conceito coutiniano de democracia conseguiu recriar nas condições específicas do Brasil – portanto, através de um processo de “tradução” – a relação entre socialismo

³⁶ Tradução: “Assim como pessoas e escolas de crítica, ideias e teorias viajam de pessoa para pessoa, de situação para situação, de um período para outro. A vida cultural e intelectual geralmente é nutrida e muitas vezes sustentada, por essa circulação de ideias, e quer assuma a forma de influência reconhecida ou inconsciente, empréstimo criativo ou apropriação por atacado, o movimento de ideias e teorias de um lugar para outro é tanto um fato da vida quanto uma condição útil e capacitadora da atividade intelectual. Dito isso, no entanto, deve-se especificar os tipos de movimento que são possíveis, a fim de perguntar-se, em virtude de ter se movido de um lugar e tempo para outro, uma ideia ou uma teoria ganha ou perder força, e se uma teoria em um período histórico e cultural nacional se torna completamente diferente para outro período ou situação” (Said, 1983, p. 226).

e democracia influenciada pela concepção togliattiana-eurocomunista. A partir disso, buscaremos estabelecer “parâmetros da tradutibilidade”³⁷, como forma de operacionalizarmos a análise acerca do pensamento de Carlos Nelson Coutinho, por conseguinte, nos mobilizaremos sempre no sentido de apreender o modo como o contexto nacional foi manejado inferindo na construção do substrato teórico do intelectual brasileiro, cujo fundo expressa a aproximação com o socialismo europeu, contudo, não sendo uma direta cópia. Desse modo, as dimensões das particularidades nacionais não podem ser reduzidas a meras abstrações gnosiológicas, a partir disso, devemos ter em conta como o processo da formação brasileira de tipo “prussiano” – interpretado por Coutinho – penetra, tornando difícil o desenvolvimento de uma autêntica consciência democrática (cf. Coutinho, [1974] 2011). Dessa forma, o caminho democrático é defendido tanto como uma forma de superar tais condições quanto como um novo modelo de transição para o socialismo. Nesse sentido, o *movimento* que concebe as condições nacionais servirá como nosso parâmetro, na medida em que inflexiona a estratégia eurocomunista, carregando efeitos “inventivos” em sua intervenção política³⁸.

Segundo o autor, “com todos os seus eventuais limites teóricos e políticos, o eurocomunismo – e, em particular, a sua formulação ‘clássica’, devida ao Partido Comunista Italiano – representou uma *novidade* no movimento socialista mundial (...)”

³⁷ Este termo é proposto por Camila de Góes em sua tese intitulada “*Gramsci e a dialética da tradução na América Latina: o caso das revistas Pasado y Presente e Presença*” (2020), na qual pretende desenvolver o que ela denomina como “parâmetros da tradutibilidade”, investigando: “1) aproximação de culturas através da analogia histórica e 2) invenção categorial. [Buscando] demonstrar (...) a forma particular através da qual se apropriaram [os intelectuais brasileiros e argentinos dos respectivos editoriais analisados] das grandes concepções gerais – do pensamento de Gramsci em especial, mas também das prévias vertentes nacionais – e, por fim, avaliar o alcance de seus resultados” (Góes, 2020, p. 10). Mais à frente, explicita: “os parâmetros da tradutibilidade, que combinam analogia histórica e invenção de categorias, se propõem possíveis antídotos às acusações *de cópia, traição e plágio*, por um lado, e à suposta busca pela *originalidade, fidelidade e especificidade nacional*, por outro lado. Nesses termos, uma primeira condição para a produção teórica na América Latina estaria no reconhecimento da necessária vinculação – ou inevitável mimese – à experiência europeia, consequente ao passado colonial e à forma de inscrição dos países periféricos ao capitalismo internacional” (idem, p. 36, grifos da autora). Foi a partir da leitura desta tese que percebemos a necessidade de estabelecer parâmetros de análise para o pensamento coutiniano, em razão de que observamos um processo que se desenrola “traduzindo” aspectos da política togliattiana-eurocomunista para o Brasil, sem ser meramente uma cópia, sendo assim, tais parâmetros nos auxiliam a reconhecer os possíveis limites e contribuições de sua teoria.

³⁸ A hipótese sustentada nesta dissertação discorda da interpretação realizada por Magane em seu trabalho intitulado “*Crítica ontológica à teoria da democracia como valor universal de Carlos Nelson Coutinho*” (2007), no qual afirma que o movimento teórico coutiniano se deu através de uma direta “apropriação” do eurocomunismo, ou seja, para este autor, a defesa da “democracia como valor universal” aparece no pensamento de Coutinho muito mais como uma importação das ideias do socialismo europeu, cuja a aplicação ao contexto brasileiro se dá sem grandes mediações críticas.

(Coutinho, [1991] 2000, p. 106, grifo do autor). No Brasil, a “influência ideológica” do eurocomunismo se deu durante as décadas de 1970-1980, momento em que a teoria gramsciana surge com maior expressividade, confundida com a instrumentalização realizada pelo PCI que, transversalmente, dá substrato à renovação teórico-política da via nacional ao socialismo. Sua manifestação transnacional foi apontada também por Laso (1978, p. 53), na qual percebe um crescente interesse na obra togliattiana: “durante [lo final de la] década de setenta estamos asistiendo, en los países de nuestro ámbito cultural, a la expresión de un interés creciente por la obra de Palmiro Togliatti. Se suceden las ediciones de sus textos y estamos em vísperas de que la Editorial Ayusi realice la publicación de sus Obras Escogidas”³⁹. E, não sem razão, realiza o seguinte questionamento: “¿por qué leer em España, três lustros después de su fallecimiento, una selección de textos del Secretario Geral del Partido Comunista Italiano?”⁴⁰ (idem, p. 53).

O interesse pela teoria do dirigente genovês nesse período específico, destacado pelo militante comunista espanhol, explica-se pela sua práxis política ter servido como fundamento na construção do programa defendido pelo eurocomunismo, sendo assim, suas concepções readquiriram vitalidade. Esse programa se manifesta pela:

(...) aspiración a asumir las denominadas *liberdades formales*, de origen burgués, como conquistas propias e irrenunciabiles de la clase obrera y el compromiso de profundizar en la democracia para lograr el socialismo. Socialismo que, superando los condicionamientos negativos de su etapa prehistórica, supondrá su más perfecta simbiosis con las tradiciones democráticas que las masas han hecho suyas” (idem, p. 62, grifo do autor)⁴¹.

O ponto central em relação à afirmação acima está nos termos do estabelecimento de uma disputa pelas liberdades formais, uma vez que sua conquista, mesmo que no seio da sociedade burguesa, é fruto das lutas da classe operária.

³⁹ Tradução: “durante [o final da] década de setenta estamos assistindo, nos países de nosso âmbito cultural, a expressão de um interesse crescente pela obra de Palmiro Togliatti. Se sucedem edições de seus textos e estamos a véspera de que a Editora Ayuso realize a publicação de suas Obras Escolhidas” (Laso, 1978, p. 53).

⁴⁰ Tradução: “por que ler na Espanha, três décadas depois do seu falecimento, uma seleção de textos do Secretário Geral do Partido Comunista?” (idem, p. 53).

⁴¹ Tradução: “(...) aspiração de assumir as denominadas *liberdades formais*, de origem burguesa, com conquistas próprias e irrenunciáveis da classe operária e o compromisso de aprofundar a democracia para alcançar o socialismo. Socialismo que, superando os condicionamentos negativos de sua etapa pré-histórica, suportará sua mais perfeita simbiose com as tradições democráticas que as massas fizeram suas” (idem, p. 62).

Sendo assim, elas não devem ser negadas, ao contrário, é preciso aprofundar tais liberdades, dando-lhes contornos cada vez mais democráticos e populares. “Essa concepção da ‘democracia progressiva’ é o eixo do caminho italiano para o socialismo, cuja formulação vai se tornando cada vez mais concreta à medida que avançamos no tempo” (Coutinho, 1980, p. 14). Assim, na proposta eurocomunista, a democracia toma forma orgânica através do constante progresso, porque essa dinâmica específica é “condição básica para empreender o avanço no sentido de transformações sociais e econômicas profundas, que abram caminho para o socialismo” (idem, p. 14). Além disso, a relação entre democracia e socialismo, é positiva e indissolúvel, nas famosas palavras de Berlinguer, a democracia é “um valor universal sobre o qual se deve fundar uma original sociedade socialista” (Berlinguer, [1977] 2009, p. 116).

A seu modo, Coutinho absorve a defesa da “democracia como valor universal”. Tal formulação, de forte apelo propagandístico, surge no seu ensaio “A democracia como valor universal” (1979), no qual desenvolve a seguinte afirmação:

Essa universalidade não deve ser concebida apenas num sentido teórico; o valor da democracia não se limita a áreas geográficas. Pois se há por sua vez algo de universal nas reflexões teóricas na prática política do que é hoje chamado eurocomunismo, esse algo é precisamente o modo novo – um modo dialeticamente novo, não uma novidade metafisicamente concebida como ruptura absoluta – de conceber essa relação entre socialismo e democracia (idem, [online]).

Coutinho (cf. 1979) retorna à polêmica entre Rosa Luxemburgo e Lênin/Trotsky sobre a questão da conservação das instituições democráticas construídas na sociedade burguesa sob um governo propriamente socialista. A partir desse ponto, a perspectiva coutiniana desenlaça sua posição de precisa influência toglattiana-eurocomunista, contudo, dever-se-ia superar os limites que a dominação burguesa impõe sobre a democracia, uma vez que ela mascara as tensões e desigualdades de classe sob a falsa égide de representatividade e liberdade política para todos os cidadãos. Sendo assim, a democracia socialista erguer-se-ia pela absorção centrada na progressiva superação das iniquidades que marcam as sociedades capitalistas, construindo uma hegemonia popular que permitisse a integração das massas no terreno das decisões políticas. De acordo com Simionatto (2004, p. 105):

Termos como “democracia progressiva”, “valor universal da democracia”, “eurocomunismo”, “democracia de massa” estavam na pauta das discussões do PCI. Não é por acaso, conforme escreve Marco Aurélio Nogueira (1988, p. 136), que, paralelamente à reedição da tradução brasileira das obras de Gramsci, chegavam também às livrarias os últimos escritos de autores marxistas italianos tais como: *Lições sobre o fascismo* (1978) e a coletânea de ensaios sobre *Socialismo e Democracia* (1980), de Palmiro Togliatti; *O Partido Comunista, O Socialismo e a Democracia* (1979), de Giorgio Napolitano; *Massas e Poder* (1980) e *Crise e Terceira Via* (1981), de Pietro Ingrao; *O conceito de Hegemonia em Gramsci* (1978) e *O pensamento de Lênin*, de Luciano Gruppi; *A polêmica e Gramsci e Bordiga sobre os Conselhos de Fábrica* (1981); *Teoria do Partido Político*, de Umberto Cerroni (1982); *Um socialismo a inventar* (1982), de Lúcio Lombardo Radice.

À primeira vista, já se percebe a enorme afluência de obras eurocomunistas circulando no país durante a década de 1970, estendendo-se à década de 1980. Contudo, essa circulação não é reflexo de um movimento natural ou mesmo acidental. Dos livros citados por Nogueira: “Socialismo e Democracia” (1980) de Palmiro Togliatti; “Crise e Terceira Via” (1981) de Pietro Ingrao; “O conceito de hegemonia em Gramsci” (1978) e “O pensamento de Lênin” ambos de Luciano Gruppi; foram traduzidos diretamente por Coutinho. Neves acrescenta elementos na composição desta cena, uma vez que “[o intelectual brasileiro] trabalhou também na divulgação de tais ideias, não apenas através de seus livros, ensaios e textos de apresentação, mas também através de resenhas em revistas e jornais” (Neves, 2019, p. 538).

Desse modo, o militante comunista aparece como personagem essencial na divulgação das proposições eurocomunistas, ao menos num nível microssocial, podemos apontar a sua ação como agente preponderante na propagação do socialismo europeu no Brasil. Entretanto, considerando uma perspectiva mais macrossocial, o domínio da visão eurocomunista se dá por outros fatores, sua força de adesão no interior do movimento comunista se manifesta como uma reação à crise do “socialismo real” – discutido no primeiro capítulo – e “aos acontecimentos que o cercam (a revolta húngara e outras revoltas em sociedades socialistas, a cisão sino-soviética, o crescimento da *détente* na política internacional)” assim como resultou numa “resposta às dramáticas transformações da estrutura social do capitalismo adiantado [o denominado *Welfare State* vivenciado pelos países da Europa setentrional, incluindo a Itália da Europa meridional] que se seguiram ao prologando surto de prosperidade do pós-guerra” (Ross, [1983] 2013, p. 232).

Sendo assim, o eurocomunismo se soergueu numa determinada quadra do desenvolvimento capitalista, cujos aspectos principais se apresentam da seguinte forma:

A desbolchevização está na essência do eurocomunismo na medida em que o compromisso com as políticas e métodos oriundos da experiência anterior da Terceira Internacional foi significativamente atenuado. Para os partidos eurocomunistas, “o caminho para o socialismo” deve ser pacífico, democrático e construído principalmente com a matéria-prima existente na sociedade nacional. O próprio socialismo deve ser democrática, sempre de acordo com a lógica do desenvolvimento social interno. O recurso aos padrões institucionais soviéticos – em particular, às “ditaduras proletárias” unipartidárias – e a repetição do modelo soviético foram, em geral, descartados (idem, [1983] 2013, p. 233).

Das considerações sobre o caráter geral do eurocomunismo, apontadas por Ross, o efeito da “desbolchevização” que atinge a forma de revolução “por assalto” estreitamente ligada ao conceito de “ditadura do proletariado”, foi paulatinamente substituída por uma *acomodação* da luta socialista aos limites da institucionalidade burguesa, num movimento crítico aos resultados da revolução comunista russa pós-1956, sobretudo contra a burocratização partidária e ao modelo único de transformação anticapitalista. A consolidação dessa direção política ocorreu nos estertores da Guerra Fria, quando, na perspectiva dos eurocomunistas, tal momento não havia a possibilidade de um enfrentamento direto, uma vez que o imperialismo norte-americano detinha um grande aparato bélico. Segundo Mandel (cf. [1977] 1978, p. 176), a Guerra Fria tornou-se uma justificativa central para a defesa da estratégia reformista, dessa forma, todas as circunstâncias que se desdobrassem em um conflito frontal entre trabalhadores contra burguesia levaria à iminente derrocada do movimento operário, ou seja, apenas a luta parlamentar parecia ser uma disputa segura, sem riscos de perdas. Portanto, a *acomodação* à ordem burguesa também se desdobrava no enfraquecimento da autorganização proletária.

Ainda de acordo com este autor, o fundamento desta perspectiva ancora-se, sem dúvidas, no pensamento político de Karl Kautsky, em que distinguiu-se duas perspectivas de luta proletária: a por “assalto” (*niedewerfungsstrategie*) e a por “desgaste” (*ermattungsstrategie*) (cf. Mandel, [1977] 1978, p. 154-158). Portanto, não existe grande *novidade* na orientação da luta processual, através de reformas. Esse programa político foi melhor delineado por Kautsky em 1909, contudo, sua perspectiva

ainda apontava para impossibilidade de extinguir o modo de produção capitalista sem que houvesse um conflito final, “descartando como utópica qualquer expectativa de transição ‘suave’ para o socialismo” (cf. Musse, 2005, p. 162). De acordo com o ideólogo da social-democracia na Alemanha, caberia ao movimento operário definir o momento do confronto final, mas enquanto não chegasse, era preciso fortalecer-se intelectual e politicamente, lutando cotidianamente pelas reformas sociais (cf. idem, p. 162).

Mandel reintroduz Kautsky e sua “tática de guardar fileiras” por dois motivos: o primeiro é para reconhecer que esse programa historicamente foi derrotado diversas vezes, sendo assim, o eurocomunismo não foi capaz de “aprender aquilo que a história ensina”. “La estratégia kautskiana fracasó lamentablemente. No condujo a la caída de la fortaleza capitalista, sino al hundimiento del movimiento obrero alemán (...)”⁴² (cf. Mandel, [1977] 1978, p. 154). Não apenas o exemplo da Alemanha é citado, mas também experiências com táticas similares que foram duramente abatidas – PC espanhol, entre 1935 e 1938; PC francês e italiano e outros pequenos países entre 1944 e 1947 e o penoso exemplo chileno no final de 1960 e início de 1970, brutalmente asfixiada pelo golpe de estado capitaneado pelo ditador Augusto Pinochet –; o segundo motivo é para dar sustentação ao seguinte questionamento: seria a proposta do eurocomunismo um herdeiro da teoria de Antonio Gramsci?⁴³, na perspectiva mandeliana, o pensamento do comunista sardo é diametralmente oposto a orientação reformista, no entanto, existe uma instrumentalização desse aparato teórico no sentido de dar legitimidade ao programa, não apenas, mas torná-lo aparentemente coerente, portanto, toma-se de empréstimo, desde a movimentação togliattiana, o léxico-político essencialmente gramsciano. Entra na batalha das ideias conceitos como: consenso, hegemonia, revolução passiva, sociedade civil, estado integral (ampliado), guerra de posição, guerra de movimento. Todos esses, excetuando o estado ampliado, encontram-se nos Cadernos do Cárcere. No entanto, não existe:

⁴² Tradução: “A estratégia kautskiana fracassou lamentavelmente. Não conduziu à queda da fortaleza capitalista, mas sim ao colapso do movimento operário alemão” (Mandel, [1977] 1978, p. 154).

⁴³ (cf. Mandel, [1977] 1978, p. 154). Não apenas o exemplo da Alemanha é citado, mas também experiências com táticas similares que foram duramente abatidas – PC espanhol, entre 1935 e 1938; PC francês e italiano e outros pequenos países entre 1944 e 1947 e o penoso exemplo chileno no final de 1960 e início de 1970, brutalmente asfixiada pelo golpe de estado capitaneado pelo ditador Augusto Pinochet –; o segundo motivo é para dar sustentação ao seguinte questionamento: seria a proposta do eurocomunismo um herdeiro da teoria de Antonio Gramsci?

ninguna prueba que pueda aducirse en favor de la tesis según la cual Gramsci habría abandonado la concepción de la revolución socialista como algo que implicaba la destrucción del aparato de estado burgués y el reemplazo de la democracia burguesa por una democracia socialista, basada en consejos obreros elegidos democrática y libremente. Esta fue la lección extraída por Gramsci de la experiencia de las revoluciones rusas de 1917 y de la alemana de 1918-1919, así como de la crisis revolucionaria de Italia en 1919-1920. Y fue, sobre todo, una conclusión obtenida a partir de un análisis de la naturaleza misma del proletariado – la única clase realmente revolucionaria de la sociedad burguesa – y de las condiciones organizativas y psicológicas indispensables para el auge y la victoria de su movimiento de autoemancipación (Mandel, idem, p. 163-64)⁴⁴.

À vista disso, Mandel reafirma que a estratégia kaustskiana é o principal fundamento para a construção do eurocomunismo, embora a figura de Gramsci tenha sido recorrentemente aludida pelos defensores do caminho democrático para o socialismo, contudo, na obra do italiano não existe a substituição da via revolucionária por uma via completamente pacífica. Diante do que foi formulado um último ponto precisa ser trazido: a revisão teórica – distanciando-se das “leituras bolcheviques” -- como uma função que pavimenta a disputa teórico-intelectual eurocomunista no interior do movimento comunista internacional. Apesar da sua hegemonia nos anos 1970-1980, não podemos considerar que isso fosse sinônimo de homogeneidade.

Levantamos a discussão a partir de Mandel, em razão de que sua argumentação traz o essencial das críticas que foram feitas à esta perspectiva política: sua definitiva identificação com as teses segundo internacionalista. O crítico belga ironiza comentando que “para alguien que siga llamándose comunista, resulta, naturalmente, mas cómodo reclamarse de Gramsci que de Kautsky”⁴⁵ (idem, p. 163). Entretanto, apesar da tentativa de herdar o legado gramsciano, a influência da Segunda Internacional se fez tão presente que, como efeito, parecia também necessário realizar o “renascimento do marxismo” através da releitura livre do dogmatismo marxista-leninista de outras propostas políticas (sejam socialistas ou

⁴⁴ Tradução: “nenhuma prova que possa ser apresentada em favor da tese segundo a qual Gramsci teria abandonado a concepção da revolução socialista como algo que implicava a destruição do aparato de estado burguês e a substituição da democracia burguesa por uma democracia socialista, baseada em conselhos operários eleitos democrática e livremente. Esta foi a lição extraída por Gramsci da experiência das revoluções russa de 1917 e alemã de 1918-1919, bem como da crise revolucionária da Itália em 1919-1920. E, foi, sobretudo, uma conclusão obtida a partir de uma análise da própria natureza do proletariado – a única classe realmente revolucionária da sociedade burguesa – e das condições organizativas e psicológicas indispensáveis para a ascensão e vitória de seu movimento de autoemancipação” (Mandel, [1977] 1978, p. 1963-1964).

⁴⁵ Tradução: “para alguém que siga chamando-se comunista, resulta, naturalmente, mais cómodo reclamar-se de Gramsci que de Kautsky” (Mandel, [1977] 1978, p. 163).

meramente progressistas) como a de Kautsky (cf. Coutinho [1991] 2000, p. 106)⁴⁶, recuperando os seus elementos positivos, reconhecendo quais os ganhos históricos que elas tiveram para o movimento operário.

A partir do que foi discutido acima, apresentaremos as principais teses da via democrática para o socialismo:

Quadro 1: Principais teses defendidas pela estratégia eurocomunista⁴⁷

1 ^a	Es imposible llegar al socialismo en los países industrializados sin el consenso de una amplia mayoría de la población;
2 ^a	Hay que conservar, con este objeto, las instituciones parlamentarias burguesas, que gozan manifestamente del apoyo de esta mayoría;
3 ^a	La naturaleza de estas instituciones es tal, que pueden ser vaciadas progresivamente de su contenido de clase particular, es decir, pueden dejar de ser soportes de la dominación de clase de la burguesía. Esto es resultado, en particular, de la extensión continua de la intervención del estado en la vida económica, que transplanta al seno del estado las principales contradicciones de la sociedad y hace de él un campo que pueden disputarse, si no la burguesía y el proletariado, si al menos los monopolios, por un lado, y la "unión de las fuerzas progresivas" por otro;

⁴⁶ Coutinho defende esse movimento de revisão de outras propostas políticas que tenham sido progressistas em relação aos ganhos para os trabalhadores.

⁴⁷ Tradução: 1^a. É impossível chegar ao socialismo nos países industrializados sem o consenso de uma ampla maioria da população; 2^a. É necessário conservar, para esse fim, as instituições parlamentares burguesas, que manifestamente gozam do apoio dessa maioria; 3^a. A natureza dessas instituições é tal que podem ser progressivamente esvaziadas de seu conteúdo de classe particular, ou seja, podem deixar de ser suportes da dominação de classe da burguesia. Isso é resultado, em particular, da contínua extensão da intervenção do estado na vida econômica, que transplanta para o seio do estado as principais contradições da sociedade e faz dele um campo que pode ser disputado, se não pela burguesia e o proletariado, ao menos pelos monopólios, de um lado, e pela "união das forças progressivas", de outro; 4^a. É necessário evitar a qualquer custo um confronto frontal entre a burguesia como um todo e o proletariado isolado, não só porque tal confronto se saldaria, sem dúvida, com a derrota do proletariado, mas também porque levaria inevitavelmente à destruição das instituições parlamentares burguesas, retardando assim qualquer possibilidade de "penetração" para o socialismo por um período prolongado; 5^a. Através da conquista de maiorias parlamentares significativas, apoiadas pela pressão e mobilização das massas, o movimento operário pode e deve conquistar reformas estruturais que transformarão por etapas a natureza do regime capitalista, e acabarão por mudar sua própria natureza; 6^a. A etapa essencial que temos pela frente é a de aliança antimonopolista, ou de "democracia avançada", que enfraquecendo, e depois abolindo, o poder dos monopólios, desferirá um golpe decisivo no capitalismo e permitirá aumentar qualitativamente o peso e o poder das massas trabalhadoras na sociedade, através de diversos mecanismos de democratização da vida econômica e de participação das massas na gestão do estado. Essa etapa é uma etapa transitória decisiva no caminho para a abolição do capitalismo e o advento do socialismo. Mas não constitui, em si mesma, nem uma coisa nem outra; 7^a. A aliança antimonopolista deve incluir, além da classe operária e da massa de empregados (incluindo funcionários, técnicos e quadros), uma boa parte do campesinato e uma parte considerável da pequena e média burguesia, com o objetivo de isolar os grandes monopólios. Por isso, não convém, durante esta primeira etapa, questionar o regime de propriedade privada (Mandel, [1977] 1978, p. 151-152).

4ª	Hay que evitar a cualquier precio un enfrentamiento frontal entre la burguesía en su conjunto y el proletariado aislado, no sólo porque semejante enfrentamiento se saldaría, sin lugar a dudas, con la derrota del proletariado, sino también porque conduciría inevitablemente a la destrucción de las instituciones parlamentarias burguesas, retrasando de este modo cualquier posibilidad de “penetración” hacia el socialismo durante un prolongado período;
5ª	Mediante la conquista de mayorías parlamentarias significativas, apoyado por la presión y la movilización de las masas, el movimiento obrero puede y debe conquistar reformas de estructura que transformarán por etapas la naturaleza del régimen capitalista, y acabarán por cambiar su misma naturaleza;
6ª	La etapa esencial que tenemos delante es la de alianza antimonopolista, o de la "democracia avanzada", que debilitando, y luego aboliendo, el poder de los monopolios, se asestará un golpe decisivo al capitalismo y permitirá acrecentar cualitativamente el peso y el poder de las masas trabajadoras en la sociedad, a través de mecanismos diversos de democratización de la vida económica y de participación de las masas en la gestión del estado. Esta etapa es una etapa transitoria decisiva en el camino hacia la abolición del capitalismo y el advenimiento del socialismo. Pero no constituye, en sí misma, ni una cosa ni otra;
7ª	La alianza antimonopolista debe incluir, además de a la clase obrera y a la masa de los empleados (incluyendo a los funcionarios, los técnicos y los cuadros), a buena parte del campesinado y una parte considerable de la burguesía pequeña y media, con objeto de aislar a los grandes monopolios. Por esto es que no conviene, durante esta primera etapa, cuestionar el régimen de propiedad privada.

Fonte: Quadro produzido a partir de Ernest Mandel, ([1977] 1978, p. 151-152).

Das sete teses centrais do programa político eurocomunista, destacaremos principalmente a aliança antimonopolista, cujo embasamento se dá pela conceituação do Capitalismo Monopolista de Estado como fase atual do capitalismo contemporâneo, largamente aplicado na proposta eurocomunista, cuja fonte é relegada à reflexão leninista. Contudo, de acordo com Neves (cf. 2019, p. 121), não é a Lenin que devemos buscar como fundamentação do (CME)⁴⁸, mas sim aos economistas soviéticos do período de desestalinização pós-1956 e, posteriormente, à mobilização realizada pelos eurocomunistas. Podemos afirmar que, embora estejamos citando essa corrente ideológica sem preocupação de apontar para as distinções entre os “eurocomunismos”, a conceituação que os aproximam e que torna possível estabelecer uma unidade entre eles, é a aplicação do CME e, em consequência, a

⁴⁸ A partir desse momento passarei a utilizar a sigla (CME) ao me referir ao Capitalismo Monopolista de Estado.

perspectiva de combater a fração monopolista, realizando uma grande aliança com todos as classes progressistas, incluindo a pequena burguesia.

Essa identificação abre espaço para investigarmos a obra de Carlos Nelson Coutinho e de que maneira tais teses adentram no seu *corpus* teórico, desta forma, poderemos marcar as influências do eurocomunismo em seu pensamento. Especificamente o período compreendido entre 1970 a 1980, constituiu o momento em que formulou de maneira coerente e orgânica a base teórica que deu sustentação à defesa de “um caminho brasileiro para o socialismo” (Coutinho, 1980, p. 15), isto, a estratégia democrática de transição ao socialismo. Teremos, como ponto de partida, o reconhecimento de que a proposta coutiniana considera os aspectos políticos e econômicos, sendo assim, para seguir um “caminho democrático”, é imprescindível buscar estabelecer um programa essencialmente anti-autocrática, “antimonopolista, antilatifundiário, e anti-imperialista” (Coutinho, 1979, p. 43). Por isso, começaremos introduzindo como o (CME) constituiu-se como elemento-suporte da “via democrática” que, segundo Coutinho, sua compreensão era “condição necessária para compreender plenamente (...) as tarefas que se abrem às forças populares e democráticas no Brasil de hoje’ (idem, 1980, p. 112).

3.1. *O caminho teórico de Carlos Nelson Coutinho para via democrática ao socialismo*

3.1.1 Capitalismo Monopolista de Estado e aliança antimonopolista

De acordo com Said (cf. 2006, p. 102), o final da década de 1970 e o começo de 1980 representaram, no interior do PCB, uma nova tentativa de renovação. Com isso, afloraram perspectivas de mudanças táticas e estratégicas em seu interior, com sentidos de apoiar caminhos de luta democráticos. Isso conduziu a uma divisão entre dois grupos que compunham o partido: o de Prestes (contrários à renovação democrática, incluindo Anita Leocádia, Agliberto Guimarães e Gregório Bezerra) e o de Giocondo Dias (formado pelos “renovadores”, entre os quais Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Armênio Guedes, Luiz Werneck Vianna e Marco Aurélio Nogueira). Nesse momento, observa Corone (1982, p. 9), “pela primeira vez o militante brasileiro pôde refletir sobre as diversas vias do socialismo, compará-las, analisa-las em relação à realidade brasileira”. Em última análise, o exílio imposto pela ditadura

civil-militar, levou os integrantes do Comitê Central e outros militantes para fora do país, possibilitando que, dentro de certos limites, alguns órgãos partidários pudessem voltar a funcionar, como o caso da retomada da publicação do jornal *Voz Operária* em 1976.

Durante esse ano, Coutinho esteve em exílio na Itália até 1977, onde presenciou na Europa Ocidental, a incorporação da luta pela democratização. Segundo Del Roio (2013, p. 149), “a questão democrática estava no centro da discussão teórica e política, em particular o nexo existente entre democracia e socialismo”. De acordo com Konder (cf. 2012, p. 22) Coutinho decidiu sair do país “quando os agentes do Estado devastavam a cúpula do Partido Comunista Brasileiro, matando diversos de seus dirigentes (como Luiz Inácio Maranhão, David Capistrano da Costa, Célio Guedes, João Massena Melo e Orlando Bonfim)”.

Nesse arco vivenciado em torno desse movimento, o militante do PCB contribuía escrevendo, sob pseudônimos, artigos para a *Voz Operária*, alimentando-se das discussões levantadas sobre a relação entre democracia e socialismo. Já aqui, não se tratava apenas de exprimir a importância acerca da problemática da democracia no movimento comunista, mas de realizar uma articulação entre a análise pecebista da conjuntura brasileira marcada pelo regime ditatorial e as questões políticas e econômicas suscitadas pelo socialismo europeu. Por exemplo:

(...) para o PCB, o Estado brasileiro atual não é apenas uma “ditadura militar, mas uma ditadura terrorista ‘dos elementos mais reacionários do capital financeiro’, na consagrada expressão de Dimitrov. O conteúdo de classe do novo regime é assim indicado nos grandes monopólios, tanto nacionais quanto (sobretudo) internacionais. E o objetivo final ao qual se dirigem as medidas repressivas e ditatoriais em nosso País seria o de garantir e impulsionar a reprodução ampliada desse capital monopolista dependente, através não apenas do arrocho salarial (da superexploração da força-de-trabalho, mas também de uma sistemática transferência da mais-valia social para os setores com alta concentração de capital, em particular as multinacionais que operam no País (Coutinho, 1976, n. 129, p. 7).

A caracterização da ditadura civil-militar, como aparece nesses artigos, é uma leitura pecebista reproduzida pelo nosso autor naquele momento. Ao longo dos anos, ele se afasta cada vez mais dessa interpretação, conforme expõe em (1992, p. 50, grifo nosso): “os regimes ditatoriais modernizadores e *não fascistas* – de que são exemplos ‘clássicos’, entre outros, o Brasil pós-64 e a Espanha franquista em seu

segundo período (...). Essa constatação posterior – que aparece já na década de 1980 em sua obra – tem a ver com a maneira pela qual Coutinho apreende a dinâmica da sociedade civil durante a repressão militar, entendida como uma sociedade que progressivamente escapou da tutela ditatorial e, portanto, não poderia se encaixar na definição de fascista devido à ausência da base de massas que o sustente. À primeira vista, esse afastamento interpretativo poderia sugerir uma mudança comum no pensamento de um intelectual. Contudo, essa amarração teórica marca o cerne da sua estratégia democrática, que discutiremos posteriormente. Aqui já é possível perceber com certa nitidez que o ponto nodal de sua teoria está na análise do alargamento da sociedade civil brasileira.

Retornando à citação encontrada na Voz Operária, n. 129, interessa-nos examinar como a dinâmica do capital monopolista surge. Percebe-se, nesse pequeno trecho, que o desenvolvimento da fase monopolista do capitalismo no Brasil, tal como apresentado por Coutinho, é do tipo dependente, ou seja, no espaço da divisão internacional, manifesta-se de forma subordinada. Além disso, o golpe de Estado de 1964 serviu como meio para intensificar e ampliar o lucro do capital monopolista. Assim, o autor afirma mais tarde que “o regime pós-64 modernizou definitivamente o país: e modernizar, mesmo que de modo “conservador” significa desenvolver as bases objetivas sobre as quais se assenta a possibilidade de construir uma sociedade civil (...) autônoma” (Coutinho, 1984, n. 3, p. 13, Revista Presença).

A abordagem teórico-conjetural da realidade brasileira encontrada nos “textos do exílio” de 1976 a 1978 (cf. Coutinho; 1976, n. 129; 1977, n. 132; 1977, n. 133;

1977, n. 134; 1977, n. 141; 1978, n. 150) estabelece os fundamentos para assumir a defesa de um *compromisso político* formado pela união de todas as forças progressistas empenhadas na renovação democrática do Brasil. Essa perspectiva permanecerá presente no pensamento do autor ao longo de toda sua obra. No artigo de n. 141 de 1977, interpretado por Del Roio (cf. 2013, p. 153) como o “mais explicitamente eurocomunista”, Coutinho observa que “só com a ampla participação das forças populares organizadas, em particular da classe operária e dos seus aliados, será possível não apenas falar em autêntica democracia, mas inclusive garantir a estabilidade (...) de uma democracia formal” (Coutinho, 1977, n. 141, p. 3). A análise feita por Del Roio é certa, pois, no mesmo artigo aparece a possibilidade da “transição pacífica para o socialismo” antes 1979. Nas palavras de Coutinho: “estamos convencidos de que quanto mais se aprofunde a democracia, quanto mais ela se

estenda ao conjunto dos brasileiros e seja fruto de suas ações cotidianas, tanto mais próximos estaremos do socialismo (...)" (idem, p. 3).

A preocupação com a necessidade de aprofundamento da democracia, aliada à "transição pacífica", manifesta também o entendimento estratégico de parte do PCB em relação à derrocada do regime militar, sustentando que sua destruição deveria se dar de maneira democrática, isto é, sem assumir "forma de uma mudança brusca, de um único choque frontal, mas ocorrerá no quadro de uma 'guerra de posição'" (Coutinho, 1978, n. 150, p. 8). Em resumo, essa posição, alinhada à perspectiva do caminho democrático, se fixará na composição da estratégia de Coutinho, sem nunca ser abandonada ou mesmo revisada. No entanto, em sua práxis intelectual, podemos constatar o *refinamento* dessas proposições, como "resultado do longo período basilar e estruturador de sua formação" (Braz, 2012, p. 239). Esse período de 1976-1980 ressoa o esforço de dar organicidade à sua proposta política, enfrentando a questão democrática na esteira do marxismo-comunista. O ensaio "*A democracia como valor universal*" (1979) é o marco da "adesão à democracia por intelectuais marxistas, particularmente vinculados ao comunismo, no Brasil" (Lucca-Silveira, 2012). Na discussão empreendida neste ensaio, Coutinho busca sacudir propositalmente o campo político marxista reivindicando tal vínculo e como pressuposto indispensável para alcançar o socialismo (cf. Coutinho, 1979, online). Portanto, "não pode ser encarada apenas como objetivo tático imediato, mas aparece como o conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira" (idem, online).

Os elementos que caracterizam o momento político "atual da revolução brasileira" asseveram-se com maior exatidão no ensaio "*O Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas*" (1980a), estabelecendo também a imagem estrutural do que seria esse o *compromisso democrático* como meio de luta dos países de capitalismo avançado, ou mais especificamente, no contexto do CME. Todavia, aqui não há nenhuma novidade; a articulação do compromisso democrático aparece em Berlinguer (cf. [1974] 2009, p. 94) como modo de irromper "as concentrações monopolistas" por meio de uma "efetiva programação do desenvolvimento, confiada a um robusto e respeitável poder democrático". De acordo com Coutinho (1980a, p. 100):

No plano econômico, pode-se observar que o Brasil praticamente não conheceu um período de capitalismo concorrencial; como todos os países

de industrialização tardia (e, no Brasil, podemos mesmo falar em hipertardia), o capitalismo brasileiro experimentou um processo de monopolização precoce. Esse processo se manifesta em ambas as fontes – interna e externa – do desenvolvimento industrial em nosso País. No caso da fonte interna, o Brasil partilha uma experiência comum a todos os países de industrialização tardia: o recurso a mecanismos de acumulação “forçada” sob a égide da intervenção estatal. No início, essa intervenção se deu por tarifas protecionistas e da transferência de recursos da agricultura para a indústria por meio de manipulações cambiais. (...) No segundo caso, no caso da fonte externa de acumulação, partilhamos o destino dos países de industrialização hipertardia, industrialização que – por se processar numa época em que o capitalismo já alcançou em nível mundial a fase imperialista – é necessariamente dependente ou dependente-associada.

O fundamento desta análise está assentado na interpretação de que o país passou por um processo de monopolização muito precocemente. Além disso, o fato de que a industrialização tardia foi propulsionada pelo Estado fez com que a articulação entre este e os monopólios ocorresse de maneira muito mais imbricada, desvalorizando crescentemente o “capital público” em detrimento do lucro privado (cf. Coutinho, 1980a, 105). Com isso, a partir de certo ponto do desenvolvimento do modo de produção capitalista, a dinâmica de acumulação do capital só é possível pela ação do Estado, uma vez que esse opera como um mecanismo de estabilização dos interesses capitalistas, isto porque “o Estado passou a intervir na economia em grande parte porque a lógica de acumulação exigiu” (Coutinho [2000] 2006, p. 188). Esse cenário “apresenta claras e inequívocas consequências políticas para a ação das forças empenhadas na renovação democrática e socialista no Brasil” (Coutinho, 1980a, p. 95).

A maior consequência no âmbito da luta política seria a necessidade de formar uma *aliança antimonopolista*, incluindo grupos burgueses. Essa tarefa tornava-se imediata, pois era certo que o funcionamento do CME proporcionaria um conflito latente entre o “capital em seu conjunto” e as “frações desse capital”, uma vez que “já não existe uma única taxa de lucro; tem-se, por um lado, o lucro médio dos setores não monopolizados e, por outro, o lucro médio (ou superlucro médio) dos setores monopolistas” (idem, p. 97). Nesse ínterim, os segmentos monopolistas passam a controlar o Estado no intuito de garantir sua taxa de lucro, e esse movimento se dá pela espoliação da mais-valia gerada pelos segmentos não-monopolistas, portanto, como é evidente, os “favores do Estado não [são mais] distribuídos equitativamente” entre os diversos capitais nessa fase do capitalismo.

O novo funcionamento do Estado no estágio monopolista do modo de produção capitalista, de acordo com Coutinho, só pode se dar através de “um corpo executivo numeroso e relativamente autônomo” (idem, p. 99), tal autonomia corresponde à liberdade que o Estado tem em atender às exigências do bloco de poder monopolista, escapando de “qualquer controle popular ou mesmo parlamentar” (idem, p. 98) . O seu aspecto “relativo” expressa o caráter não-estrito desta dinâmica, permitindo a construção de uma contratendência, por meio de uma aliança antimonopolista, uma vez que “a ação organizada da sociedade civil pode muitas vezes obrigar o Estado a concessões, ou seja, a adotar medidas (nacionalizações, etc.) que contrariem interesses monopolistas” (idem, p. 99).

Como se vê, o enquadramento desse cenário não representa um enfraquecimento da sociedade civil, ao contrário, a esquematização coutiniana procura demonstrar que o conteúdo da realidade está em disputa. Nesse momento, o autor já insinua sua apreensão quanto à ampliação da sociedade civil no Brasil, cujo conteúdo é significativo para o fundamento da sua proposta política. A versão do desenvolvimento do capitalismo brasileiro dispõe de dois desdobramentos que se interligam: a modernização de tendência conservadora (prussiana) e o crescente fortalecimento da sociedade civil em paralelo. A problemática do Estado Ampliado, cuja influência parte da teoria gramsciana, aparece na obra no autor de maneira imanentemente positiva.

3.1.2 A positividade imanente da Sociedade Civil

A constelação do pensamento coutiniano sempre esteve voltada para compreender as transformações pelas quais o país semicolonial atravessou. Embora o caráter “prussiano” do desenvolvimento capitalista tenha gerado uma insuficiente integração do povo à vida nacional, era possível trilhar um caminho inverso. Desse modo, um projeto que pretendesse superar tal condição “deveria levar em consideração o modo pelo qual se deve constituir uma verdadeira nação, permitindo que esses excluídos tenham acesso aos benefícios do progresso” (Coutinho, [1999] 2008, p. 148). Portanto, de acordo com o intelectual, não se tratava de “propor uma imediata implantação do socialismo”, isto porque “o socialismo não pode ser implantado imediatamente, mas é sempre resultado de um processo” (idem, p. 148).

Dessa estrutura, é preciso apontar para duas afirmações: a primeira é que, sob o ponto de vista coutiniano, antes de perseguir a estratégia socialista, era necessário seguir a estratégia democrática, buscando eliminar o atraso e completar sua “ocidentalização”. Esse ponto é central porque esclarece que a caracterização do modelo “não-clássico” de desenvolvimento se dá em contraposição com o modelo “clássico”. Por isso, deve-se superar as “insuficiências, carências ou incompletudes” (cf. Neves, 2019, p. 487), ou seja, deve-se superá-las objetivando trilhar um caminho “clássico” de modo a superar as consequências da revolução passiva. O segundo ponto é que o processo final é sempre apontado para o socialismo, desde que a sua consolidação se dê atravessando pela orientação da destruição dos resquícios “coloniais” e da “transformação pelo alto”.

A “ocidentalização” parte de um desdobramento da leitura de Gramsci, cuja distinção entre “orientes e ocidentes”, servem de base para proposta do socialismo democrático. De acordo com a interpretação do comunista baiano acerca do pensamento político gramsciano, no momento em que existe um equilíbrio entre Estado e sociedade civil (característico das sociedades capitalistas avançadas, isto é “Ocidentais”), ter-se-ia constituído uma separação entre a sociedade política e a própria sociedade civil; aquela guardaria a esfera da coerção e esta, a esfera do consenso. Entretanto, é imprescindível constatar que, na teoria de Gramsci a relação entre Estado (sociedade política) e sociedade civil é sempre manifestada pela sua unidade-distinção.

Com isso, há uma certa debilidade na análise coutiniana em relação ao desenvolvimento da sociedade civil no Brasil. Segundo Bianchi (cf. 2008, p. 185), a concepção do nosso teórico está “assentada em um pressuposto histórico questionável”, isto porque em sua obra a sociedade civil aparece apenas nos marcos contemporâneos, ou seja, ao se referir à consolidação e diversificação da sociedade civil, Coutinho estabelece um período preciso: a fase do desenvolvimento do capitalismo monopolista. Dessa forma, a sociedade civil teria sido soerguida nesse momento pela classe trabalhadora, essa constatação pode parecer simples, mas ela representa de que modo a sociedade civil é extremamente positivada e, nesse sentido, como todos esses aspectos se acomodam dando uma forma coerente para sua análise política.

O fato histórico questionado por Bianchi está na contemporaneidade do surgimento da sociedade civil. A crítica do autor de o “*Laboratório de Gramsci*” (2008)

vai ainda mais longe quando afirma que “a questão principal para Coutinho não é de ordem historiográfica, e sim política” (idem, p. 186). Isto porque, em sua argumentação, existe uma “concepção algébrica da relação entre consenso e coerção, na qual a variável apresentaria comportamento inversamente proporcional à outra” (idem, p. 186). Essa análise, cuja referência Coutinho atribui à Gramsci, revela de que modo a concepção do comunista sardo corre de acordo com as inclinações coutiniana. Podemos comprovar isso estabelecendo que é apenas a partir de 1979 em diante que a sociedade civil aparece consolidada como um fenômeno contemporâneo na obra de Coutinho (cf., Neves, 2019, p. 497).

Em 1976, no texto “*Um certo sr. Gramsci*”, Coutinho apresenta a estratégia política da guerra de posições, afirmando que o melhor exemplo histórico de tal luta teria sido “o da burguesia francesa, que ao longo do século XVIII – antes mesmo de se apoderar em 1789 dos mecanismos da ‘sociedade política’ – já era classe dirigente e hegemônica no seio da ‘sociedade civil’ (Coutinho, [1976] 2012, online). Em outro texto de 1992, ao se referir novamente ao século XVIII e à Declaração dos direitos humanos, Coutinho faz a seguinte afirmação: “desde o século XVIII, a soberania popular – ou, em outras palavras a extensão da cidadania a todos os membros do corpo social – a efetiva socialização política ocorreu tardiamente nos Estados liberais capitalistas” (Coutinho, 1992, p. 24). Cabe destacar que não é por acaso que o autor utiliza a expressão “membros do corpo social” em vez de “sociedade civil”, visto que, excetuando o ensaio de 1976, o autor passa a considerar o aparecimento da sociedade civil apenas contemporaneamente.

No livro “*Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*” (cf. 1992a), o autor reconhece haver certa ambiguidade nos Cadernos do Cárcere quanto ao período em que a sociedade civil surge, se ela se manifesta nas sociedades pré-capitalistas ou nas sociedades capitalistas. Contudo, a interpretação coutiniana que ora se desenvolve, repousa na superação da ambiguidade, apresentando no conjunto geral da sua análise uma argumentação que fica de pé apenas se tal problemática for ignorada. Em suas palavras o reconhecimento da sociedade civil pré-capitalista “vai desaparecendo à medida que suas notas avançam no tempo”.

Segundo Neves (2019, p. 501):

Em Coutinho, sustentar que a sociedade civil passa a vigor no CME está ligado a sustentar que ela é produto do proletariado em luta e das vitórias parciais e cumulativas das classes trabalhadoras, que ela não é burguesa

nem antipopular na origem, que ela pode e deve ser disputada e recuperada em nome de um projeto socialista pelo setor social que a criou, mas também que seu fortalecimento corresponde ao avanço dos subalternos, que sua consolidação, combinada à capacidade dirigente obtida nela pelos setores populares, subordina a segundo plano – e, com o tempo e o desenvolvimento histórico, elimina – a necessidade do recurso à coerção na luta política pelo socialismo.

Não é possível defender, a estratégia da guerra de posição, conforme entendida por Coutinho, sem localizar temporalmente a sociedade civil. Pois, tal luta se manifesta pela “ideia de que a conquista do poder de Estado, nas sociedades *complexas* do capitalismo *recente*, deve ser precedida por uma longa batalha (...) no interior e através da sociedade civil, ou seja, *no interior do próprio Estado em sentido amplo*” (Coutinho, 1992, p. 81, grifos do autor). Isso é especialmente claro no pensamento coutiniano, à medida em que ele estabelece a sociedade civil como terreno da disputa hegemônica, ou seja, o espaço caracteristicamente consensual e da construção de uma direção moral e intelectual. É justo apontarmos que Coutinho reconhece a relação de identidade-distinção entre a sociedade política e sociedade civil na teoria gramsciana. Entretanto, a questão da autonomia relativa de cada esfera soa com determinado desequilíbrio, uma vez que, como já apontado por Bianchi (2008), a identidade/unidade desses pares desaparece, havendo uma separação dessas instâncias e, em consequência, perde-se sua “dupla perspectiva”. A interpretação de Coutinho pode ser representada da seguinte forma:

Sociedade Civil = Hegemonia	Estado = Ditadura
Direção Política	Dominação
Consenso	Coerção

Essa esquematização apresenta como esses âmbitos se separam não apenas em termos analíticos e metodológicos no interior da sua obra, tornando a sociedade civil o espaço privilegiado da luta política. Para assegurar o avanço da hegemonia e do consenso, seria preciso conquistar a ampliação da participação política, com o objetivo de subverter a distinção entre dominantes e dominados. O pressuposto das sociedades “ocidentais” deveria, nesse momento, encaminhar-se para o afastamento de um choque frontal (a guerra de movimento), ingressando na ideia de uma longa

marcha por reformas, ou melhor, da defesa de uma “transição como processo” (através da guerra de posição) (cf. idem, p. 81). Na perspectiva de Schlesener (2001, p. 64) “pensar a luta pela hegemonia como um processo por etapas (...) cindindo sociedade civil e sociedade política, significa desconhecer a natureza do Estado”. Contudo, a formulação do enfrentamento processual compõe, segundo o marxista baiano, o maior legado gramsciano, uma vez que estabeleceu a construção de uma nova estratégia de luta pelo socialismo nos países ocidentais.

Seria certamente um anacronismo fazer de Gramsci um “eurocomunista” ou um “gorbachoviano” *avant la lettre*, mas também seria errado deixar de lado essas suas indicações no sentido de uma concepção original da *construção* do socialismo, diferente daquela que orientou o caminho seguido na URSS e em outros países socialistas (cf. idem, p. 87, grifo do autor).

Deve-se observar, atentamente de que, na concepção de Gramsci, “não se pode escolher a forma de guerra que se quer, a menos que se tenha imediatamente uma superioridade esmagadora sobre o inimigo (...) (CC 13. § 24, 2007, p. 72). E, segundo Del Roio (1998, p. 117), a reflexão sobre o desenvolvimento da sociedade civil não implica no estabelecimento de programa ideal, em que se opte entre a guerra de movimento ou guerra de posição. Além disso, ambos os conceitos precisam ser levados em conta através de uma articulação, cuja aplicação de uma estratégia não significa, de modo algum, o abandono do outro. Contudo, Coutinho elege a guerra de posição como a estratégia mais adequada às sociedades civis complexas.

O reformismo revolucionário defendido por Coutinho o distanciou das formulações leninistas, uma vez que a guerra de posição contraria a estratégia da ditadura do proletária. O movimento do pensamento coutiniano estabeleceu diálogo com correntes liberais; contudo, sempre resguardou teoricamente o entendimento de que “sem socialismo, não se pode existir democracia autêntica”. A relação entre democracia liberal com a democracia socialista dá-se sempre num nível de superação. Na proposta da via democrática, o processo é de “conservar e elevar a um nível superior” (Coutinho, 1979, p. 40) as conquistas das liberdades democráticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão democrática no pensamento de Carlos Nelson Coutinho ganhou maior dimensão no período em que esteve exilado na Europa entre 1976-1978, onde vivenciou uma onda de renovação da luta socialista, posteriormente denominada de eurocomunismo. Esse momento também demarcou uma postura militante mais evidenciada dentro do PCB, sobretudo pela participação ativa no semanário “Voz Operária”. Conforme destacou Del Roio (2020), os textos publicados no semanário já abordavam a problemática da democracia como via para o socialismo, antes mesmo da publicação do ensaio *A democracia como valor universal* (1979).

Para Ramos (cf. 2013, p. 146), três fatores foram determinantes na consolidação da aceção da “democracia como valor universal” entre os comunistas brasileiros. O primeiro foi a recepção de Lukács, em especial, destaca-se a utilização do conceito de “via prussiana” na interpretação da formação do Estado brasileiro e sua transição para o capitalismo. O segundo fator é a recepção das ideias de Gramsci, reconhecido como o segundo ciclo de sua recepção, na década de 1970. De acordo com Coutinho (2007, p. 153) “viria a se tornar (...) um dos autores estrangeiros mais lidos e discutidos no Brasil - não apenas pelos marxistas”. Por fim, o terceiro fator foi a influência do eurocomunismo, conforme aponta Said (2006, p. 132):

O Eurocomunismo, surgido no final da década de 1970 do século passado, é uma corrente política que se propõe a realizar a superação do leninismo e encontrar para o socialismo uma via nova adaptada às condições da Europa ocidental, onde existia uma ampliação dos direitos sociais e uma qualidade de vida para o operariado jamais alcançada ali anteriormente. A preocupação é buscar uma via para o socialismo que mantenha esse avanço democrático e essa qualidade de vida, sem rompimento frontal com o capitalismo.

Os três fatores combinam-se em sua teoria de transição “processual” na medida em que essa estratégia reformista é a resposta adequada aos processos sociais que “configuram toda uma época - a nossa época “ (Coutinho, 1999a, p. 183). Precisamente nas sociedades “ocidentais”, abre-se a perspectiva da guerra de posição, na qual as disputas se dão inicialmente no plano da sociedade civil, almejando a conquista de “posições e de espaços (...), da direção político-ideológica

e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação” (idem, p. 147). Assim, trata-se de uma disputa pela hegemonia, realizada em um processo mais demorado, contudo sempre visando a transformação revolucionária da sociedade, buscando atingir uma democracia substantiva, num movimento que articula socialização política e econômica para o seio da sociedade civil, promovendo a luta pela conquista/ampliação de uma democracia popular.

A trajetória político-intelectual de Coutinho desenvolve-se em clara interlocução com o eurocomunismo, embora, ao longo dos anos, tenha apontado críticas e limitações a esse programa político. Contudo, ele está na base de seu pensamento, sendo impossível realizar uma análise de sua obra teórica sem nos referirmos ao processo que, no plano do comunismo internacional, desencadeou a necessidade de renovação democrática. Nesse ponto, o eurocomunismo, com suas múltiplas interpretações adotada em diferentes PC's, tornou-se o arcabouço ideológico central da crítica ao “socialismo real”, pautando-se na busca por uma conciliação entre democracia e socialismo.

As transformações sócio-históricas manifestadas durante metade do século XX deslocaram o terreno da luta política para as vias parlamentares. No plano das disputas socialistas, a perspectiva leninista passou para o segundo plano, dando lugar à busca por reformas no seio do modo de produção capitalista. Isso significou que a ordem da luta imediata passou a se concentrar na tentativa de construir uma sociedade igualitária no interior de um modelo societal iníquo. Essa posição reformista enrijeceu-se com a substituição da estratégia insurrecional, cuja orientação mobilizadora era alcançar a “ditadura do proletariado”. Interessante observar que o conceito de Lênin, nesse período, foi abandonado por noções que passavam pelo estabelecimento de estratégias que consideravam as questões propriamente nacionais. Esse movimento evidencia o enfraquecimento de um “modelo único” de luta comunista, abrindo o leque de possibilidades a partir das particularidades de cada país. Assim, as “vias nacionais” para o socialismo se espalhavam no circuito internacional das ideias.

Nesse sentido, a “*Svolta de Salerno*” (1944), como ficou conhecida a proposta política togliattiana, foi expressão concreta das modificações pelas quais a batalha marxista passaria e se aprofundaria após o Relatório de Krushev (1956). O tom da práxis política encabeçada pelo dirigente comunista italiano marcou uma geração de

militantes empenhados em combater o nazifascismo e reconstruir a sociedade arrasada pela Segunda Guerra Mundial. Para isso, a problemática da “unidade nacional” foi reclamada como o passo fundamental para aglutinar forças contra o regime totalitário que se fazia sentir em vários países da Europa. Portanto, o “compromisso histórico” dominou a articulação política pela aliança com todos os setores progressistas. É certo que tal preposição se delineou não sem críticas, tensões e dissensos. Entretanto, “a política de novo tipo” germinou e tornou-se hegemônica entre os grupos de esquerda, sendo uma referência fundamental às colocações que deliberaram sobre o caminho democrático para o socialismo.

A figura de Togliatti desperta o reconhecimento de uma liderança que sedimentou as fontes principais do “eurocomunismo”. Isso se deve, em primeiro lugar, à sua trajetória intelectual e política, que se consolidou pela enorme influência que obteve tanto nacional quanto internacionalmente. A “via nacional” ganhou contornos que ultrapassaram a Itália, tornando-se um ponto de reflexão para outras organizações comunistas. A dimensão que essa proposta assumiu está relacionada ao esforço de legitimação pela qual passou. A isso, soma-se uma rede de intelectuais, destacando-se, nesse trabalho, o líder genovês, cuja atuação possibilitou a reintrodução da luta socialista dentro do parlamento, assim como a defesa de reformas e compromissos com outras forças ideológicas e políticas. E, ainda mais importante, aproximou suas postulações com o pensamento de Antonio Gramsci.

O desenvolvimento da “política de tipo novo” resultou em uma leitura instrumentalizada dos escritos gramscianos, cujo conteúdo fragmentário, extenso, ambíguo e inconcluso gerou interpretações que o associaram a uma estreita relação com o reformismo. A ampliação da ‘democracia como caminho para o socialismo’ se deu por meio de formulações teóricas baseadas em Gramsci, especialmente o conceito de “guerra de posição”, que se tornou o elemento essencial desse modelo político. Nesse contexto, é fundamental considerar o Estado como o lócus a partir do qual se extrai a análise das sociedades ocidentais e orientais. Ao examinar as “sociedades ocidentais”, é necessário observar a constituição da sociedade civil, ou seja, as instituições que existem além do Estado. Assim, o Estado não seria o ‘todo’, como nas sociedades reconhecidas como “orientais”, onde a sociedade civil é pouco desenvolvida.

À vista disso, a “guerra de posição” seria possível numa “sociedade ocidental”, pois, em seu interior, seria viável travar uma luta pela hegemonia sem que fosse

necessária a “guerra de movimento”, isto é, uma abordagem violenta/insurrecional. Dessa forma, ela se daria de maneira molecular e processual. A partir dessa leitura, o âmbito parlamentar garante um papel privilegiado no eurocomunismo, bem como a política de alianças, cujo funcionamento demarca o jogo político do campo liberal. Nesse contexto, surge o argumento de que os avanços democráticos ao longo da história foram conquistados pelos subalternizados; ou seja, não haveria uma democracia essencialmente burguesa, pois qualquer cariz democrático representaria a luta dos trabalhadores. Sendo assim, defender o regime democrático e seu fortalecimento significaria, direta e correlatamente, defender o caminho para estabelecer o socialismo.

Foi imbuído dessas ideias que Carlos Nelson Coutinho amparou sua tradução da via brasileira ao socialismo. Sua práxis política durante a ditadura civil-militar absorveu as influências do socialismo europeu, em razão do seu exílio na entre Portugal, Itália e França, onde vivenciou o encontro com uma discussão marxista crítica ao dogmatismo “leninista”. A discussão sobre humanismo e democracia já despontava em seu horizonte teórico desde o final da década de 1950, perpassando pelos anos 1960-1970, caracterizados pela crítica literária e pelas temáticas mais culturais. Contudo, no decorrer da década de 1970 e nos anos 1980, a questão democrática se tornou central se manteve presente em toda sua obra, passando por modificações, relocalizações e reinterpretações.

A tradução coutiniana do eurocomunismo concentra-se em pontos fundamentais distribuídos no decurso da construção de seu projeto intelectual, conforme afirmado acima por Ramos (2013). O primeiro ponto manifesta-se através das suas considerações sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, expresso principalmente nas suas críticas literárias sobre Lima Barreto e Graciliano Ramos. Nelas os conceitos de “via prussiana” e “revolução passiva” descrevem o processo de revolução burguesa trilhado pelas classes dominantes, no qual a conciliação entre os elementos modernos e atrasados se estabeleceu em detrimento de uma ruptura modernizante. Desse modo, a estruturação do capitalismo expandiu-se à medida em que se aprofundava e mantinha a exclusão do “povo” como agente histórico de transformação. A cisão entre “povo” e “nação” acentuaram um tipo de Estado representante eficaz do *status quo* da dominação burguesa.

Esta imagem é exemplo da postura analítica original que Coutinho traz para o debate, uma vez que sua ênfase investigativa se desdobra através das obras realistas

dos autores citados. A representação da modernização pelo alto, explicitada pela ótica de Coutinho, detalha a estrutura social brasileira em conformidade com intérpretes como Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, mesmo sendo constituída por meio de um vínculo literário. A “ilusão perdida” pulsante na vida social do Brasil resulta da inviabilidade de uma ruptura radical e democrática, a realidade social assimilada pelas elites volta-se para o subdesenvolvimento e a dependência. Nisso, as observações de Coutinho acompanha uma sociedade que se constituiu sem a integração da maior parte da população. Segundo Fernandes ([1974] 2020, epub) a partir da consolidação do capitalismo dependente:

temos, aí não a ordem social competitiva “ideal”, mas a que se torna possível em uma sociedade de classes dependente e subdesenvolvida. Ela se ajusta como uma luva ao capitalismo dependente e às sequelas do desenvolvimento desigual interno ou da dominação imperialista externa. Contudo, ela não lembra, nem de longe, a flexibilidade dessa mesma ordem nas condições de um desenvolvimento capitalista autônomo ou hegemônico; e tampouco pode preencher suas “funções normais” quanto à dinamização do regime de classes. Porque ela é uma ordem social competitiva que só abre para os que se classificam positivamente, para as classes possuidoras, ou seja, para os ricos e poderosos. O que é pior, no plano histórico essa ordem social e competitiva só se preserva e se altera graças ao enlace da dominação e do poder das classes possuidoras com a neutralização ou a exclusão das demais classes, que ou só se classificam negativamente em relação a ela (e permanecem inertes), ou se classificam positivamente, mas não podem competir livremente dentro dela (e permanecem tuteladas). Não obstante, esse encadeamento liga entre si o senhor e o escravo, fazendo com que o destino daquele se realize através deste.

A investigação florestaniana acerca do capitalismo dependente relaciona-se com a perspectiva de Coutinho no que diz respeito à restrição da participação do povo, em que a condição de existência de uma "ordem competitiva ideal" é suprimida e neutralizada. A implicação desse estado de coisas, para o intelectual baiano, é de que haveria um impedimento econômico e político para o fortalecimento de uma sociedade civil tipicamente “ocidental” no Brasil. Contudo, à medida que o país passava pelas fases de transformação do capitalismo (impulsionado pela dinâmica dos países hegemônicos), a sociedade civil se ampliava. Para reconstituir essa constatação, deve-se rememorar que Coutinho identifica o surgimento da sociedade civil de forma contemporânea. Desse modo, a partir da fase do Capitalismo Monopolista de Estado, seria possível afirmar que a luta política a ser perseguida seria a da "guerra de

posição", em virtude de que sua sociedade civil agora possui aparelhos privados de hegemonia.

Esse entendimento coutiniano opera num sentido crítico à Fernandes, no qual nossa perspectiva avalia como uma crítica equivocada, em razão de que a interpretação da debilidade democrática brasileira conforme aponta Fernandes parece ainda ter fundamento em nossa sociedade. Coutinho enfrenta a configuração histórico-social do país através de uma perspectiva bastante positiva, em que a noção da disputa hegemônica seria viável no seio da sociedade civil.

Quadro 2 - Textos produzidos por Carlos Nelson Coutinho de 1970-1980

Ano	Textos escritos durante as décadas de 1970-1980
1976	Interesses a que serve determinam regime brasileiro: ditadura fascista
1976	Um certo sr. Gramsci
1977	Oposição popular deve impor sua participação legal no debate político nacional
1977	Democracia e anti-imperialismo são bases do autêntico nacionalismo
1977	Unidade para a democracia: a chave da leitura dos documentos do PCB
1977	A questão democrática
1978	O Brasil não conhece esse senhor
1978	O equilíbrio, o bom-senso e nossa visão democrática
1979	A democracia como valor universal
1979	Cultura e democracia no Brasil
1979	A democracia e as forças populares
1980	A democracia como Valor Universal: notas sobre a questão democrática no Brasil
1980	Gramsci e Nós
1980	Cultura e Democracia no Brasil
1980	O Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas
1985-1989	As categorias de Gramsci e a realidade brasileira

1985	A dualidade de poderes: introdução à teoria marxista de Estado e revolução
1986	Questões teóricas e políticas

REFERÊNCIAS

ADINOLFI, Goffredo. Elites ministeriais e partidos políticos na transição democrática italiana. **Estudos Históricos**, vol. 21, n. 42, p. 145-171, jul.-dez de 2008.

ALIAGA, Luciana; ARECO, Sabrina. Nacionalização imperfeita: o conceito de Revolução Passiva e a formação do Estado no Brasil. **Dados**, v. 66, n. 4, p. 1-28, 2023.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. Porto: Afrontamento, 1976..

BARROS, Robert. The Left and Democracy: Recents Debates in Latin America. **Telos: A Quartely Jornal of Critical Thought**, n. 68, p. 49-70, 1986.

BERLINGUER, Enrico. **Democracia, valor universal**. Tradução e seleção de Marco Mondaini. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, [1969- 1984] 2009.

ARANTES, Paulo. **Formação e desconstrução**: uma visita ao Museu da Ideologia Francesa. São Paulo: Editora 34, 2021.

BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

BOURDIEU, Pierre. As condições sociais da circulação internacional das ideias. **Enfoques**, v. 1, n. 1, p. 1-12, [ano original] 2002.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **A esquerda positiva**: as duas almas do Partido Comunista 1920-1964. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.

BRAZ, Marcelo. **A democracia como valor universal**: um clássico da esquerda no Brasil. In: BRAZ, Marcelo (org.). Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil. Pp. 237-285. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CHACON, Vamireh. A descoberta de Lukács no Brasil. **Revista Brasileira de Filosofia**, v. 40, n. 168, p. 416-422, out.-dez de 1992.

COUTINHO, Carlos Nelson. O significado de Lima Barreto na literatura brasileira. In: et al. **Realismo e anti-realismo na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1972] 1974.

_____. A Democracia como Valor Universal. **Revista Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 9, p. 33-47, 1979.

_____. Cultura e democracia no Brasil. **Revista Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 17, p. 19-48, 1979a.

_____. **A democracia como Valor Universal**: notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Editora Ciências Humanas (LECH), 1980.

_____. A democracia como Valor Universal. In: COUTINHO, Carlos Nelson, **A Democracia como Valor Universal**: notas sobre a questão democrática no Brasil, p. 17-41. São Paulo: Editora Ciências Humanas (LECH), [1979] 1980a.

_____. Cultura e Democracia no Brasil. In: COUTINHO, Carlos Nelson, **A Democracia Como Valor Universal**: notas sobre a questão democrática no Brasil, p. 61-92. São Paulo: Editora Ciências Humanas (LECH), [1977-1979] 1980b.

_____. **A dualidade de poderes**: introdução à teoria marxista de Estado e revolução. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.), **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.

_____. **Democracia e socialismo**: questões de princípio e contexto brasileiro. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992 a.

_____. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Edição Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. A estratégia socialista no "Ocidente". In: COUTINHO; Carlos Nelson. **Gramsci um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Socialismo e Democracia em Gramsci. In: COUTINHO; Carlos Nelson. **Gramsci um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999a.

_____. **Contra a Corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

_____. Conversa com um 'marxista convicto e confesso. In: BRAZ, Marcelo (org.), **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012 [2000].

_____. O desafio dos que pensaram bem o Brasil. **Lua Nova**, v. 54, p. 103-113, 2001.

_____. **Intervenções**: o marxismo na batalha das ideias. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Democracia um conceito em disputa. In: COUTINHO, Carlos Nelson, **Intervenções**: o marxismo na batalha das ideias, p. 13-27. São Paulo: Cortez, [2001- 2002] 2006a.

_____. O conceito de sociedade civil em Gramsci e a luta ideológica no Brasil de hoje. In: COUTINHO, Carlos Nelson, **Intervenções**: o marxismo na batalha das ideias, p. 29-55. São Paulo: Cortez [2003] 2006b.

_____. Gramsci e o Sul do mundo: entre "Oriente" e Ocidente. In: COUTINHO, Carlos Nelson, **Intervenções**: o marxismo na batalha das ideias, p. 57-66. São Paulo: Cortez, [2000] 2006c.

_____. Gramsci no Brasil: recepções e usos. In: MORAES, João Quartim de (org.), **História do Marxismo no Brasil**, v. 3. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

_____. Introdução. In: COUTINHO, Carlos Nelson; HENRIQUES, Luiz Sérgio e NOGUEIRA, Marco Aurélio, **Cadernos do Cárcere**, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019 [1999].

_____. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.

CORONE, Edgard. **O PCB 1964 a 1982**, v. 3. São Paulo: Editora Difusão Europeia, 1982.

CORTÉS, Martín. José Aricó: traducir el marxismo en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 261, p. 147-156, 2016.

COSPITO, Giuseppe. Traducibilità dei linguaggi scientifici e filosofia della praxis. **Filosofia Italiana**, v.2, p. 47-65, 2017.

COSPITO, Giuseppe. Hegemonia [verbete]. **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017. [epub]

DEL ROIO, Marcos. A questão democrática: Carlos Nelson na Voz Operária. In: BRAZ, Marcelo; RODRIGUES, Marvi (org.). **Batalha das ideias**: polêmicas em

torno de Carlos Nelson Coutinho. Anais do Seminário Internacional Carlos Nelson Coutinho e a Renovação do Marxismo no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula, 2013.

DEL ROIO, Marcos. Carlos Nelson Coutinho e a questão democrática (1977-1981). **Ammetu**, n. 2, p. 38-51, 2020.

_____. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

DIAS, Edmundo. Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos. In: DIAS, Edmundo *et al.*, **O outro Gramsci**. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 1996.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975 [1971].

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020 [1975] [epub].

FREDERICO, Celso. Presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade. In: MORAES, João Quartim. **História do Marxismo no Brasil**. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 1995.

FREDERICO, Celso. “Figura de exceção”: dois momentos de Carlos Nelson Coutinho. In: BRAZ, Marcelo (org.), **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GRAMSCI, Antonio; PALMIRO, Togliatti. **A situação da Itália e as tarefas do Partido Comunista Italiano**, 23 a 26 de janeiro de 1926. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1926/01/26.htm>>. Acesso: 10 de abril de 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GÓES, Camila. **Gramsci e a dialética da tradução na América Latina**: o caso das revistas *Pasado y Presente* e *Presença*, 2020 [s.n.]. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, 2020.

GÓES, Camila; BIANCHI, Alvaro. Circulación y traducción del pensamiento político: intercâmbios, producción y hegemonia. **Revista de Historia de las Ideas Políticas**, v. 26, n. 3, p. 217-226, 2023.

INGRAO, Pietro. Por uma verdadeira renovação do PCI e da esquerda. **Revista**

Novos Rumos, [S.l.], n. 17, p. 17-25, 2022. Disponível em:
<<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/1886>>.
Acesso em: 21 maio, 2023.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, p. 27-28, 2005.

KONDER, Leandro. Testemunhos. In: BRAZ, Marcelo (org.), **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de Conceitos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, [2006] 2020.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. El programa agrario de la social-democracia. In: **Obras completas t. XIII**. Buenos Aires: Editorial Cartago, [1907] 1977.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LYNCH, Christian. Por que pensamento e não teoria?: a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). **Dados**, v. 56, p. 727- 767, 2013.

LYNCH, Christian; CHALOUB, Jorge. Um projeto de pesquisa “à esquerda”: Gildo Marçal Brandão e a interpretação marxista do pensamento político brasileiro. **Lua Nova**, v. 113, p. 281-324, 2021.

LOSURDO, Domenico. **Stalin**: história de uma lenda negra. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.

LUCCA-SILVEIRA, Marcos. **Intelectuais e a questão da democracia no Brasil**: um estudo a partir da revista *Presença*. 2012. 145f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 2012.

LUKÁCS, György. Narrar ou descrever? In: **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1936] 1965.

LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a Particularidade como Categoria da Estética. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Instituto Lukács, [1957] 2018.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MAGANE, Felipe Toledo. **Crítica Ontológica à teoria da democracia como valor universal de Carlos Nelson Coutinho**. 2007. [s.n.] Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Católica de São Paulo, 2007.

MAGRI, Lucio. **O alfaiate de Ulm**: uma possível história do Partido Comunista Italiano. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MANDEL, Ernest. **Crítica del eurocomunismo**. Barcelona: Editora Fontamara, 1978.

MRX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, [1875] 2012.
MASSUIA, Rafael. **Marxismo e literatura**: a recepção do pensamento de György Lukács em Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

MASSUIA, Rafael. **Crítica literária, marxismo e interpretação do Brasil**: um estudo a partir dos pensamentos de Roberto Schwarz e Carlos Nelson Coutinho. 2015. 163f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), 2017.

MÉREK, Franz. A desagregação do stalinismo. In: HOBBSAWM, Eric et. al., **O marxismo na época da terceira internacional**: de Gramsci a crise do stalinismo, v.5. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1987.

MONDAINI, Marco. Togliatti, Gramsci e os debates sobre o fascismo nos anos 20 e 30. **ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História**. João Pessoa, 2003.

MONDAINI, Marco. **Do stalinismo à democracia**: Palmiro Togliatti e a construção via italiana ao socialismo. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; coedição – Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

MORETTI, Franco. **O romance de formação**. São Paulo: Todavia, 2020 [epub].

MOURA, Milce Ferreira de. **A questão democrática no contexto de crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB)**: 1979-1987. 2005. 191f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília-SP, 2005.

NEVES, Victor. **Democracia e Socialismo**: Carlos Nelson Coutinho em seu tempo. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

NETTO, José Paulo. **O que é stalinismo**. 4ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

NETTO, José Paulo. Breve nota sobre um marxista convicto e confesso. In: BRAZ, Marcelo (org.), **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**; A questão agrária no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2014 [1966].

RISÉRIO, Antonio. **Avant-garde na Bahia**. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bradi, 1995.

RODRIGO, Leôncio Martins. **O PCB: os dirigentes e a organização**. In: O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964), v. 10. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ROSS, George. Eurocomunismo. In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, [1983] 2013.

ROSSA, Michele Rossoni. **“Esquerdisticamente afinados”**: os intelectuais, os livros e as revistas das Editoras Civilização Brasileira e Paz e Terra (1964-1969). 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RUSHDIE, Salman. **Imaginary Homelands**: essays and criticism 1981-1991. London: Granta Books, [1981-1991] 1991.

SAID, Edward. Travelling Theory. In: SAID, Edward. **The world, the text, and the critic**. Massachusetts: Harvard University Press, 1983.

SAID, Ana Maria. **A estratégia e o conceito de democracia em Gramsci e o PCB**. 2006. [s.n.]. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB nos anos 50. In: MORAES, João Quartin; REIS, Daniel Aarão. **História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções**, v. 1. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. **Que horas são**, v.1, p. 29-48, 1987.

SECCO, Lincoln. A pré-história no Brasil (1927-1974). **Revista Novos Rumos**, n. 32, p. 1-13, 2000.

SEGATTO, José Antonio. **Reforma e Revolução**: as vicissitudes políticas do PCB 1954-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1995] 2005.

SEMERARO, Giovanni. Gramsci no Brasil: a contribuição de Carlos Nelson Coutinho. In: BRAZ, Marcelo (org.), **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 3ª ed. Florianópolis: EdUFSC São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Adriano Nascimento. **Teoria e política na via italiana para o socialismo: a obra togliattiana no segundo pós-guerra (1944-1964)**. 2018. [s.n.]. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2018.

TARCUS, Horacio. A história intelectual e a problemática da recepção: Marx na Argentina. **Revista Outubro**, n. 30, 2018.

TOGLIATTI, Palmiro. Entrevista a Nuovi Argomenti. **Associazione Stalin**, 1956. Disponível em: <<
https://www.associazionestalin.it/togliatti_4_nuoviargomenti.html>>. Acesso em: 10, jul., 2023.

TOGLIATTI, Palmiro. A política de unidade nacional dos comunistas. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org.), **Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Ilha, [1944] 1980.

TOGLIATTI, Palmiro. Nossa luta pela democracia e pelo socialismo. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org.), **Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Ilha, [1947] 1980.

VACCA, Giuseppe. A Itália em disputa: comunistas e democratas-cristãos no longo pós-guerra (1943-1978). Tradução: Luiz Sérgio Henriques. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2021.

WELLEN, Henrique; CARLI, Ranieri. Carlos Nelson Coutinho: a crítica marxista da literatura. In: BRAZ, Marcelo (org.), **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

REVISTAS CONSULTADAS:

COUTINHO, Carlos Nelson. Interesses a que serve determinam regime brasileiro: ditadura fascista. In: **Voz Operária**, nº 129, dezembro de 1976. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/voz-operaria/index.htm>>.

_____. Oposição popular deve impor sua participação legal no debate político nacional. In: **Voz Operária**, nº 132, março de 1977. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/voz-operaria/index.htm>>.

_____. Democracia e anti-imperialismo são bases do autêntico nacionalismo. In: **Voz Operária**, nº 133, abril de 1977. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/voz-operaria/index.htm>>.

_____. Unidade para a democracia: a chave da leitura dos documentos do PCB. In: **Voz Operária**, nº 134, maio de 1977. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/voz-operaria/index.htm>>.

_____. A questão democrática. In: **Voz Operária**, nº 141, dezembro de 1977. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/voz-operaria/index.htm>>.

_____. O equilíbrio, o bom senso e nossa visão democrática. In: **Voz Operária**, nº 150, setembro de 1978. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/voz-operaria/index.htm>>.